



Demonstrações Contábeis intermediárias BrGaap

30 de Setembro de 2014

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Relatório dos Auditores Independentes	109

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual			Consolidado		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	517.158.074	400.149.115	423.588.196	518.453.025	400.931.075	424.280.887
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	13.335.393	11.480.407	7.083.407	13.335.393	11.480.407	7.083.409
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	103.543.892	44.904.342	89.906.506	103.543.892	44.904.342	89.906.506
Aplicações no mercado aberto	97.329.854	37.232.669	83.957.873	97.329.854	37.232.669	83.957.873
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.214.507	7.672.360	5.949.100	6.214.507	7.672.360	5.949.100
Provisões para perdas	(469)	(687)	(467)	(469)	(687)	(467)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	122.734.136	112.639.473	109.384.248	123.842.845	113.261.241	109.954.793
Carteira própria - livre	74.637.792	58.724.773	70.524.614	75.746.501	59.346.541	71.095.159
Vinculados a compromissos de recompra	45.423.131	53.649.345	38.620.846	45.423.131	53.649.345	38.620.846
Instrumentos financeiros derivativos	403.975	260.317	237.666	403.975	260.317	237.666
Vinculados ao Banco Central	-	-	920	-	-	920
Vinculados a prestação de garantias	2.269.238	5.038	202	2.269.238	5.038	202
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	99.476.097	86.740.369	89.991.279	99.476.097	86.740.369	89.991.279
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.228.190	73.327	1.771.359	1.228.190	73.327	1.771.359
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	97.486.795	86.188.520	87.178.556	97.486.795	86.188.520	87.178.556
Correspondentes	761.112	478.522	1.041.364	761.112	478.522	1.041.364
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	81.737	593.239	1.004.289	81.737	593.239	1.004.289
Recursos em trânsito de terceiros	169	220	218	169	220	218
Transferências internas de recursos	81.568	593.019	1.004.071	81.568	593.019	1.004.071
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	127.710.288	104.418.611	90.811.500	127.710.288	104.418.611	90.811.500
Setor público	5.849.552	3.817.686	3.583.439	5.849.552	3.817.686	3.583.439
Setor privado	134.947.420	109.483.015	100.165.093	134.947.420	109.483.015	100.165.093
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	766.128	585.312	690.860	766.128	585.312	690.860
Provisão para operações de créditos	(13.852.812)	(9.467.402)	(13.627.892)	(13.852.812)	(9.467.402)	(13.627.892)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	48.853.084	38.317.229	34.373.159	49.039.326	38.477.421	34.495.303
Créditos por avais e fianças honradas	27.159	26.042	28.161	27.159	26.042	28.161
Carteira de câmbio	1.582.642	686.732	664.950	1.582.642	686.732	664.950
Rendas a receber	2.548.778	2.019.622	1.845.006	2.729.371	2.180.487	1.965.700
Negociação e intermediação de valores	361	864	55.535	361	864	55.535
Créditos específicos	788.057	716.094	708.105	788.057	716.094	708.105
Diversos	43.979.001	35.143.263	31.205.590	43.984.650	35.142.590	31.207.040
Provisão para outros créditos	(72.914)	(275.388)	(134.188)	(72.914)	(275.388)	(134.188)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.423.447	1.055.445	1.033.808	1.423.447	1.055.445	1.033.808
Outros valores e bens	1.370.706	1.020.169	909.931	1.370.706	1.020.169	909.931
Provisões para perdas	(31.785)	(31.614)	(27.090)	(31.785)	(31.614)	(27.090)
Despesas antecipadas	84.526	66.890	150.967	84.526	66.890	150.967
NÃO CIRCULANTE	501.706.514	458.326.241	435.262.732	500.307.094	457.394.261	434.389.327
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	44.095.797	50.026.983	45.535.926	44.095.797	50.026.983	45.535.926
Carteira própria - livre	5.623.015	14.200.836	10.678.455	5.623.015	14.200.836	10.678.455
Vinculados a compromissos de recompra	35.886.593	31.542.429	31.711.385	35.886.593	31.542.429	31.711.385
Vinculados ao Banco Central	1.019	944	1.019	1.019	944	1.019
Vinculados a prestação de garantias	2.585.170	4.282.774	3.146.086	2.585.170	4.282.774	3.146.086
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	24.853.709	20.797.571	20.589.937	24.853.709	20.797.571	20.589.937
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	24.853.709	20.797.571	20.589.937	24.853.709	20.797.571	20.589.937
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	415.221.925	357.426.648	341.521.591	415.221.925	357.426.648	341.521.591
Setor público	40.075.158	33.611.053	32.595.373	40.075.158	33.611.053	32.595.373
Setor privado	382.280.108	334.360.959	314.048.792	382.280.108	334.360.959	314.048.792
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.778.003	3.629.761	3.688.492	4.778.003	3.629.761	3.688.492
Provisão para operações de créditos	(11.911.344)	(14.175.125)	(8.811.066)	(11,911.344)	(14,175.125)	(8,811.066)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	6.134.856	20.241.981	18.448.311	6.134.856	20.241.981	18.448.311
Diversos	6.354.648	20.290.362	18.630.227	6.354.648	20.290.362	18.630.227
Provisão para outros créditos	(219.792)	(48.381)	(181.916)	(219.792)	(48.381)	(181.916)
PERMANENTE	11.400.227	9.833.058	9.166.967	10.000.807	8.901.078	8.293.562
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.269.356	4.272.753	4.045.342	3.869.937	3.340.773	3.171.936
Participações em coligadas e controladas:	4.982.238	3.897.399	3.837.416	3.582.819	2.965.419	2.964.010
- No país	4.981.691	3.896.611	3.837.416	3.582.272	2.964.631	2.964.010
- No exterior	547	788	547	547	788	547
Outros investimentos	486.915	455.720	295.002	486.915	455.720	295.002
Provisão para perdas	(199.797)	(80.366)	(87.076)	(199.797)	(80.366)	(87.076)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.482.421	3.026.322	2.768.501	3.482.421	3.026.322	2.768.502
Imóveis de uso	1.063.181	770.513	731.530	1.063.181	770.513	731.530
Reavaliações de imóveis de uso	740.078	743.272	743.022	740.078	743.272	743.022
Outras imobilizações de uso	6.421.199	5.667.682	5.304.075	6.421.200	5.667.682	5.304.077
Depreciações acumuladas	(4.742.037)	(4.155.145)	(4.010.126)	(4.742.038)	(4.155.145)	(4.010.127)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.648.450	2.533.983	2.353.124	2.648.449	2.533.983	2.353.124
Ativos intangíveis	4.032.825	3.617.578	3.345.134	4.032.824	3.617.578	3.345.134
Amortizações acumuladas	(1.384.375)	(1.083.595)	(992.010)	(1.384.375)	(1.083.595)	(992.010)
T O T A L	1.018.864.588	858.475.356	858.850.928	1.018.760.119	858.325.336	858.670.214

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual			Consolidado		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	592.975.455	526.346.591	537.142.208	592.870.986	526.196.571	536.961.494
DEPÓSITOS (Nota 14)	327.589.066	304.015.240	293.724.188	327.303.197	303.729.806	293.436.277
Depósitos à vista	24.573.919	25.170.971	24.655.674	24.573.919	25.170.971	24.646.157
Depósitos de poupança	228.727.162	209.573.848	200.488.062	228.727.162	209.573.848	200.488.062
Depósitos interfinanceiros	4.308.005	2.226.373	1.149.443	4.308.005	2.226.373	1.149.443
Depósitos a prazo	62.300.264	56.888.921	56.016.940	62.014.395	56.603.487	55.738.546
Depósitos especiais e de fundos e programas	7.679.716	10.155.127	11.414.069	7.679.716	10.155.127	11.414.069
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	155.387.465	115.453.523	146.771.653	155.296.015	115.368.762	146.688.080
Carteira própria	72.778.962	82.694.499	68.201.283	72.687.512	82.609.738	68.117.710
Carteira de terceiros	82.608.503	32.759.024	78.570.370	82.608.503	32.759.024	78.570.370
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	42.007.445	43.595.248	34.283.830	42.007.445	43.595.248	34.283.830
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	42.007.445	37.263.075	30.919.711	42.007.445	37.263.075	30.919.711
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	6.332.173	3.364.119	-	6.332.173	3.364.119
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.764.991	526.624	2.796.291	1.764.991	526.624	2.796.291
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.755.423	507.669	2.779.804	1.755.423	507.669	2.779.804
Correspondentes	9.568	18.955	16.487	9.568	18.955	16.487
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	636.206	2.043.376	921.953	636.206	2.043.376	921.953
Recursos em trânsito de terceiros	498.103	1.525.075	471.569	498.103	1.525.075	471.569
Transferências internas de recursos	138.103	518.301	450.384	138.103	518.301	450.384
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.220.967	893.112	857.612	2.220.967	893.112	857.612
Empréstimos no país - Outras instituições	-	-	-	-	-	-
Empréstimos no exterior	2.220.967	893.112	857.612	2.220.967	893.112	857.612
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.887.274	2.124.038	1.747.744	1.887.274	2.124.038	1.747.744
TESOURO NACIONAL - PIS	305.104	641.650	533.295	305.104	641.650	533.295
BNDES	394.820	618.401	551.276	394.820	618.401	551.276
FGTS	1.185.172	861.689	660.850	1.185.172	861.689	660.850
Outras	2.178	2.298	2.323	2.178	2.298	2.323
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	79.348	89.171	24.575	79.348	89.171	24.575
Instrumentos financeiros derivativos	79.348	89.171	24.575	79.348	89.171	24.575
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	61.402.693	57.606.259	56.014.362	61.675.543	57.826.434	56.205.132
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.328.268	264.352	1.035.939	1.328.268	264.352	1.035.939
Carteira de câmbio	273.618	39.318	48.296	273.618	39.318	48.296
Sociais e estatutárias	1.759.829	4.523.044	1.575.527	1.759.829	4.523.044	1.575.527
Fiscais e previdenciárias	1.591.905	1.993.050	1.726.305	1.864.294	2.212.856	1.916.699
Negociação e intermediação de valores	97.634	44.592	24.343	97.634	44.592	24.343
Recursos para destinação específica:	8.727.209	8.852.307	8.724.299	8.727.209	8.852.307	8.724.299
- Obrigações de operações com loterias	869.281	1.310.495	667.583	869.281	1.310.495	667.583
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.363.343	7.268.366	7.648.127	7.363.343	7.268.366	7.648.127
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	494.585	273.446	408.589	494.585	273.446	408.589
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.178.806	-	-	1.178.806	-	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	852.085	842.957	844.292	852.085	842.957	844.292
Diversas	45.593.339	41.046.639	42.035.361	45.593.800	41.047.008	42.035.737
NÃO CIRCULANTE	361.499.241	296.755.402	295.561.370	361.499.241	296.755.402	295.561.370
DEPÓSITOS (Nota 14)	75.453.008	57.039.948	59.276.761	75.453.008	57.039.948	59.276.761
Depósitos interfinanceiros	430.343	127.189	98.671	430.343	127.189	98.671
Depósitos a prazo	75.022.665	56.912.759	59.178.090	75.022.665	56.912.759	59.178.090
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	7.481.203	1.120.867	2.306.989	7.481.203	1.120.867	2.306.989
Carteira própria	7.481.203	1.120.867	2.306.989	7.481.203	1.120.867	2.306.989
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	82.716.782	40.227.746	38.525.508	82.716.782	40.227.746	38.525.508
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	72.695.430	40.227.746	38.525.508	72.695.430	40.227.746	38.525.508
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	10.021.352	-	-	10.021.352	-	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	1.715.280	2.338.821	668.820	1.715.280	2.338.821	668.820
Empréstimos no exterior	1.715.280	2.338.821	668.820	1.715.280	2.338.821	668.820
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	181.458.598	156.198.141	146.470.317	181.458.598	156.198.141	146.470.317
TESOURO NACIONAL - PIS	484.726	17.912	95.048	484.726	17.912	95.048
BNDES	27.943.936	23.012.645	21.015.537	27.943.936	23.012.645	21.015.537
FGTS	151.477.977	131.870.736	124.651.738	151.477.977	131.870.736	124.651.738
Outras	1.551.959	1.296.848	707.994	1.551.959	1.296.848	707.994
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	12.674.370	39.829.879	48.312.975	12.674.370	39.829.879	48.312.975
Fiscais e previdenciárias	147.059	154.242	156.496	147.059	154.242	156.496
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	12.527.311	39.675.637	48.156.479	12.527.311	39.675.637	48.156.479
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	64.389.892	35.373.363	26.147.350	64.389.892	35.373.363	26.147.350
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958	8.000.000	-	35.867.958	8.000.000	-
Reservas de capital	167	167	134	167	167	134
Reserva de reavaliação	394.207	392.929	407.673	394.207	392.929	407.673
Reservas de lucros	3.884.084	4.902.396	3.062.938	3.884.084	4.902.396	3.062.938
Ajuste de avaliação patrimonial	133.491	23.069	(595.469)	133.491	23.069	(595.469)
Lucros/Prejuízos Acumulados	2.055.183	-	1.217.272	2.055.183	-	1.217.272
T O T A L	1.018.864.588	858.475.356	858.850.928	1.018.760.119	858.325.336	858.670.214

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	28.633.937	76.029.685	19.827.965	52.253.525	28.644.091	76.043.961	19.827.965	52.253.525
Operações de crédito (Nota 8 (e))	17.675.360	48.104.822	12.478.545	33.303.779	17.675.360	48.104.822	12.478.545	33.303.779
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	7.198.587	20.490.989	5.194.733	11.760.284	7.208.741	20.505.265	5.194.733	11.760.284
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	1.230.566	338.095	384.707	2.342.891	1.230.566	338.095	384.707	2.342.891
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.364.543	6.607.226	1.674.162	4.573.093	2.364.543	6.607.226	1.674.162	4.573.093
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	164.881	488.553	95.818	273.478	164.881	488.553	95.818	273.478
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(23.635.990)	(59.582.480)	(14.564.310)	(37.802.740)	(23.623.095)	(59.549.282)	(14.556.699)	(37.785.354)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(14.998.891)	(39.184.195)	(9.684.737)	(24.205.660)	(14.985.996)	(39.150.997)	(9.677.126)	(24.188.274)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(3.269.550)	(8.719.836)	(2.322.831)	(6.440.083)	(3.269.550)	(8.719.836)	(2.322.831)	(6.440.083)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(655.151)	(355.174)	(138.764)	(324.250)	(655.151)	(355.174)	(138.764)	(324.250)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.432.455)	(1.613.663)	(62.587)	(155.727)	(1.432.455)	(1.613.663)	(62.587)	(155.727)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(3.279.943)	(9.709.612)	(2.355.391)	(6.677.020)	(3.279.943)	(9.709.612)	(2.355.391)	(6.677.020)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.997.947	16.447.205	5.263.655	14.450.785	5.020.996	16.494.679	5.271.266	14.468.171
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(2.785.814)	(10.497.364)	(3.581.581)	(9.657.897)	(2.802.823)	(10.534.402)	(3.586.969)	(9.672.368)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	3.874.505	11.097.805	3.481.996	10.056.586	3.874.505	11.097.805	3.481.996	10.056.586
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	845.037	2.390.036	726.941	1.984.163	845.037	2.390.036	726.941	1.984.163
Despesas de pessoal (Nota 24)	(4.314.084)	(12.843.595)	(3.956.313)	(11.470.263)	(4.314.592)	(12.845.199)	(3.956.664)	(11.471.509)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.817.016)	(8.124.175)	(2.448.951)	(6.963.641)	(2.817.749)	(8.125.892)	(2.449.170)	(6.965.494)
Despesas tributárias (Nota 29)	(728.239)	(2.179.663)	(633.344)	(1.761.375)	(728.922)	(2.180.402)	(633.408)	(1.761.491)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	208.899	514.121	116.780	270.258	185.737	471.957	103.409	246.322
Outras receitas operacionais (Nota 26)	3.260.117	8.228.949	2.430.431	7.746.768	3.268.194	8.238.140	2.439.048	7.759.448
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.115.033)	(9.580.842)	(3.299.121)	(9.520.393)	(3.115.033)	(9.580.847)	(3.299.121)	(9.520.393)
RESULTADO OPERACIONAL	2.212.133	5.949.841	1.682.074	4.792.888	2.218.173	5.960.277	1.684.297	4.795.803
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(124.881)	(410.771)	25.600	10.901	(124.881)	(410.771)	25.600	10.901
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.087.252	5.539.070	1.707.674	4.803.789	2.093.292	5.549.506	1.709.897	4.806.704
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	165.813	455.259	347.694	772.492	159.773	444.823	345.471	769.577
Tributos correntes	(490.375)	(1.362.569)	(156.035)	(749.058)	(496.414)	(1.373.012)	(158.254)	(751.971)
Ativo fiscal diferido	763.263	1.445.101	459.361	1.699.793	763.262	1.445.108	459.357	1.699.791
Passivo fiscal diferido	(107.075)	372.727	44.368	(178.243)	(107.075)	372.727	44.368	(178.243)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(355.086)	(706.883)	(190.009)	(570.320)	(355.086)	(706.883)	(190.009)	(570.320)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.897.979	5.287.446	1.865.359	5.005.961	1.897.979	5.287.446	1.865.359	5.005.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (t))	22.054.802	-	-	423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)	(426.446)	24.046.281
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (t))							233.687		233.687
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(130.852)		(130.852)
PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES DE COLIGADAS E CONTROLADAS			134						134
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAValiaÇÃO				6.128					6.128
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAValiaÇÃO								(13.990)	(13.990)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(21.620)				21.620	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(1.994.352)	(1.994.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								5.005.961	5.005.961
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					157.030			(157.030)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						212.844		(212.844)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(928.331)	(928.331)
Dividendos propostos								(77.316)	(77.316)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Nota 3(t))	22.054.802	-	134	407.673	1.826.357	1.236.581	(595.469)	1.217.272	26.147.350
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069	-	35.373.363
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							110.422		110.422
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAValiaÇÃO				7.183					7.183
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAValiaÇÃO								(1.906)	(1.906)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(15.719)				15.719	
MUDANÇA DE ESTIMATIVA DA COTA DE DEPRECIAÇÃO				9.814				(9.814)	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(1.378.236)	(1.378.236)
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES							(1.441.901)		(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								5.287.446	5.287.446
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(973.589)	(973.589)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(371.461)	(371.461)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	394.207	2.174.969	1.709.115	133.491	2.055.183	64.389.892

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Nota 3 (t))	22.054.802	-	-	413.750	1.826.357	1.236.581	(1.420.908)	1.075.524	25.186.106
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							825.439		825.439
PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES DE COLIGADAS E CONTROLADAS			134						134
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVLIAÇÃO				1.592					1.592
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVLIAÇÃO								(8.596)	(8.596)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.669)				7.669	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(1.413.195)	(1.413.195)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.865.359	1.865.359
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Juros sobre o capital próprio propostos								(309.489)	(309.489)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 (Nota 3(t))	22.054.802	-	134	407.673	1.826.357	1.236.581	(595.469)	1.217.272	26.147.350
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	22.054.802	8.000.000	167	388.622	2.174.969	1.709.115	(209.255)	2.126.099	36.244.519
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							342.746		342.746
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVLIAÇÃO				2.750					2.750
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVLIAÇÃO								4.516	4.516
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.979)				6.979	
MUDANÇA DE ESTIMATIVA DA COTA DE DEPRECIAÇÃO				9.814				(9.814)	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(1.378.236)	(1.378.236)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.897.979	1.897.979
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)									
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)									
Juros sobre o capital próprio propostos								(319.321)	(319.321)
Dividendos propostos									
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(273.019)	(273.019)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	394.207	2.174.969	1.709.115	133.491	2.055.183	64.389.892

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2014		2013 (Nota 3 (t))		2014		2013 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	6.308.904	17.430.532	4.851.873	15.625.332	6.365.347	17.897.964	4.930.426	15.812.425
Lucro Líquido	1.897.979	5.287.446	1.865.359	5.005.961	1.897.979	5.287.446	1.865.359	5.005.961
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.410.925	12.143.086	2.986.514	10.619.371	4.467.368	12.610.518	3.065.067	10.806.464
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(120.759)	879.181	(177.870)	1.374.617	(120.759)	879.181	(177.870)	1.374.617
(Ganho)/Perda em Investimentos	77.495	117.518	60.332	189.887	110.775	542.793	125.512	353.042
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado			(84.183)	(87.089)			(84.183)	(87.089)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	796.992	(4.459)	(2)	(2)	796.992	(4.459)	(2)	(2)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.572.649	10.002.318	2.355.391	6.677.020	3.572.649	10.002.318	2.355.391	6.677.020
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	209.648	628.944	175.996	527.988	209.648	628.944	175.996	527.988
Depreciações e Amortizações	379.880	1.102.106	298.690	870.466	379.880	1.102.106	298.690	870.466
Impostos Diferidos	(656.188)	(1.817.828)	(503.729)	(1.521.550)	(656.187)	(1.817.835)	(503.727)	(1.521.548)
Despesas com provisões para causas judiciais	165.482	650.788	419.952	792.759	165.482	650.788	419.952	792.759
Resultado de Participação em Coligadas	(208.899)	(514.121)	(116.646)	(270.124)	(185.737)	(471.957)	(103.275)	(246.188)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	194.625	1.098.639	558.583	2.065.399	194.625	1.098.639	558.583	2.065.399
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	18.251.583	50.906.395	2.881.205	(11.695.053)	18.150.594	50.925.904	2.837.997	(11.810.045)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	601.909	1.457.635	3.749.349	(10.042.001)	601.909	1.457.635	3.749.349	(10.042.001)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	196.952	(5.074.725)	2.868.057	(22.374.116)	196.952	(5.074.725)	2.868.057	(22.374.116)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(6.482.419)	(11.298.275)	(6.676.099)	(14.979.050)	(6.482.419)	(11.298.275)	(6.676.099)	(14.979.050)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(3.726.191)	(4.255.224)	89.368	(1.521.033)	(3.726.191)	(4.255.224)	89.368	(1.521.033)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(278.581)	(895.668)	(453.709)	(754.057)	(278.581)	(895.668)	(453.709)	(754.057)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(27.132.423)	(90.796.566)	(33.402.346)	(104.987.811)	(27.132.423)	(90.796.566)	(33.402.346)	(104.987.811)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(224.299)	5.096.392	(4.121.303)	(5.335.348)	(466.304)	5.070.349	(4.167.557)	(5.314.318)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(918.036)	(363.543)	27.932	(78.391)	(918.036)	(363.543)	27.932	(78.391)
(Redução) Aumento em Depósitos	11.273.974	41.986.886	9.812.522	33.220.853	11.450.855	41.986.451	9.798.338	32.933.072
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	16.945.894	46.294.278	12.757.179	54.970.664	16.943.452	46.287.589	12.759.633	55.086.500
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	13.686.060	40.901.233	7.889.589	23.806.144	13.686.060	40.901.233	7.889.589	23.806.144
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(216.002)	(9.823)	24.051	24.036	(216.002)	(9.823)	24.051	24.036
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.688.157	25.728.007	8.894.617	25.963.754	9.688.157	25.728.007	8.894.617	25.963.754
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	5.473.119	3.584.751	267.963	9.742.826	5.439.696	3.637.427	282.739	9.778.749
Imposto de renda e contribuição social pagos	(636.531)	(1.448.963)	1.154.035	648.477	(636.531)	(1.448.963)	1.154.035	648.477
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.560.487	68.336.927	7.733.078	3.930.279	24.515.941	68.823.868	7.768.423	4.002.380
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(215.730)	533.475	(572.318)	(307.041)	(171.184)	46.534	(607.663)	(379.142)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(414.956)	(390.986)	(1.136.672)	4.720.831	(414.956)	(390.986)	(1.136.672)	4.720.831
Aquisição de Investimentos	(600.000)	(600.000)			(600.000)	(600.000)		
Alienação de Imobilizado de Uso	3.030	2.106	12.027	84.513	3.030	2.106	12.027	84.513
Aquisição de Imobilizado de Uso	(403.522)	(1.061.984)	(272.220)	(1.043.636)	(403.522)	(1.061.984)	(272.220)	(1.043.636)
Baixa de Intangível	2.646	13.410	87.261	310.458	2.646	13.410	87.261	310.458
Aquisição de Intangível	(241.333)	(626.203)	(473.425)	(966.732)	(241.333)	(626.203)	(473.425)	(966.732)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.869.865)	(2.130.182)	(2.355.347)	2.798.393	(1.825.319)	(2.617.123)	(2.390.692)	2.726.292
Dividendos complementares dos exercícios de 2012 e 2013		(1.441.901)				(1.441.901)		
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(1.970.576)	(2.812.673)	(1.722.684)	(2.999.999)	(1.970.576)	(2.812.673)	(1.722.684)	(2.999.999)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.970.576)	(4.254.574)	(1.722.684)	(2.999.999)	(1.970.576)	(4.254.574)	(1.722.684)	(2.999.999)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.720.046	61.952.171	3.655.047	3.728.673	20.720.046	61.952.171	3.655.047	3.728.673
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do Período	41.232.125	48.713.076	79.271.388	79.197.762	41.232.125	48.713.076	79.271.388	79.197.762
Caixa e Equivalentes no fim do período	61.952.171	110.665.247	82.926.435	82.926.435	61.952.171	110.665.247	82.926.435	82.926.435
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.720.046	61.952.171	3.655.047	3.728.673	20.720.046	61.952.171	3.655.047	3.728.673

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2014				2013				2014				2013			
	3º trimestre		Acumulado Setembro		3º trimestre		Acumulado Setembro		3º trimestre		Acumulado Setembro		3º trimestre		Acumulado Setembro	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	33.208.772		87.926.069		23.998.778		65.050.673		33.227.003		87.949.535		24.007.395		65.063.353	
Intermediação financeira	28.633.937		76.329.662		19.689.201		51.929.275		28.644.091		76.343.938		19.689.201		51.929.275	
Prestação de serviços com tarifas	4.719.542		13.487.841		4.208.937		12.040.749		4.719.542		13.487.841		4.208.937		12.040.749	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(3.279.943)		(9.709.612)		(2.355.391)		(6.677.020)		(3.279.943)		(9.709.612)		(2.355.391)		(6.677.020)	
Outras	3.135.236		7.818.178		2.456.031		7.757.669		3.143.313		7.827.368		2.464.648		7.770.349	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.356.047		50.172.845		12.070.155		30.801.470		20.343.152		50.139.647		12.062.544		30.784.084	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.207.301		15.606.924		5.160.546		14.770.769		5.208.034		15.608.644		5.160.765		14.772.622	
Materiais, energia e outros	567.821		1.651.917		530.835		1.523.758		567.859		1.652.048		530.847		1.524.398	
Processamento de dados e comunicações	517.300		1.421.075		426.303		1.262.949		517.300		1.421.075		426.303		1.262.949	
Propaganda, publicidade e promoções	194.972		594.001		181.846		472.149		194.972		594.001		181.846		472.149	
Serviços de terceiros e especializados	587.532		1.688.147		505.425		1.429.271		588.227		1.689.732		505.632		1.430.484	
Serviços de vigilância e segurança	224.643		670.941		217.016		562.249		224.643		670.941		217.016		562.249	
Outras	3.115.033		9.580.843		3.299.121		9.520.393		3.115.033		9.580.847		3.299.121		9.520.393	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	653.965		1.812.348		365.911		1.052.873		653.965		1.812.348		365.911		1.052.873	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	564.327		1.586.823		520.324		1.522.740		564.327		1.586.823		520.324		1.522.740	
- Descontos de operações de crédito	179.288		319.670		75.875		237.797		179.288		319.670		75.875		237.797	
- Despesas com cartão de crédito/débito	362.154		918.248		271.173		726.889		362.154		918.248		271.173		726.889	
- Benefício pós-emprego	166.952		610.401		175.996		527.988		166.952		610.401		175.996		527.988	
- Provisões operacionais diversas	630.546		2.600.380		1.496.878		4.272.831		630.546		2.600.380		1.496.878		4.272.831	
- Demais	557.801		1.732.973		392.964		1.179.275		557.801		1.732.977		392.964		1.179.275	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	7.645.424		22.146.300		6.768.077		19.478.434		7.675.817		22.201.244		6.784.086		19.506.647	
5. RETENÇÕES	379.879		1.102.105		298.690		870.466		379.879		1.102.105		298.690		870.466	
Depreciação, amortização e exaustão	379.879		1.102.105		298.690		870.466		379.879		1.102.105		298.690		870.466	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	7.265.545		21.044.195		6.469.387		18.607.968		7.295.938		21.099.139		6.485.396		18.636.181	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	208.899		514.121		116.780		270.258		185.737		471.957		103.409		246.322	
Resultado da equivalência patrimonial	208.899		514.121		116.780		270.258		185.737		471.957		103.409		246.322	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	7.474.444		21.558.316		6.586.167		18.878.226		7.481.675		21.571.096		6.588.805		18.882.503	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.474.444	100,00	21.558.316	100,00	6.586.167	100,00	18.878.226	100,00	7.481.675	100,00	21.571.096	100,00	6.588.805	100,00	18.882.503	100,00
Pessoal	4.073.339	54,50	11.774.246	54,62	3.617.900	54,93	10.496.919	55,60	4.073.847	54,45	11.775.851	54,59	3.618.251	54,92	10.498.165	55,60
- Remuneração direta	3.021.746		8.688.039		2.690.036		7.817.285		3.022.229		8.689.566		2.690.365		7.818.463	
- Benefícios	860.144		2.512.066		757.631		2.181.020		860.144		2.512.066		757.631		2.181.020	
- FGTS	191.449		574.141		170.233		498.614		191.474		574.219		170.255		498.682	
Impostos, taxas e contribuições	1.158.257	15,50	3.500.636	16,24	814.073	12,36	2.532.548	13,42	1.164.980	15,57	3.511.811	16,28	816.360	12,39	2.535.579	13,43
- Federais	1.020.637		3.068.364		685.941		2.125.910		1.026.753		3.078.932		688.228		2.128.934	
- Estaduais	102		536		62		520		102		536		62		520	
- Municipais	137.518		431.736		128.070		406.118		138.125		432.343		128.070		406.125	
Remuneração de capitais de terceiros	344.869	4,61	995.988	4,62	288.835	4,39	842.798	4,46	344.869	4,61	995.988	4,62	288.835	4,38	842.798	4,46
- Aluguéis	344.869		995.988		288.835		842.798		344.869		995.988		288.835		842.798	
Remuneração de capitais próprios	592.340	7,92	1.434.437	6,65	309.489	4,70	1.005.647	5,33	592.340	7,92	1.434.437	6,65	309.489	4,70	1.005.647	5,33
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	319.321		1.062.976		309.489		1.005.647		319.321		1.062.976		309.489		1.005.647	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	273.019		371.461						273.019		371.461					
Lucros retidos	1.305.639	17,47	3.853.009	17,87	1.555.870	23,62	4.000.314	21,19	1.305.639	17,45	3.853.009	17,86	1.555.870	23,61	4.000.314	21,19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	23
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
Nota 7 – Relações interfinanceiras	35
Nota 8 – Carteira de crédito	37
Nota 9 – Outros créditos	43
Nota 10 – Outros valores e bens	45
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	46
Nota 12 – Imobilizado de uso	47
Nota 13 – Intangível	48
Nota 14 – Depósitos	49
Nota 15 – Captações no mercado aberto	54
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	55
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	57
Nota 18 – Outras obrigações	58
Nota 19 – Patrimônio líquido	64
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	66
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	71
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	72
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	73
Nota 24 – Despesas com pessoal	74
Nota 25 – Outras despesas administrativas	75
Nota 26 – Outras receitas operacionais	76
Nota 27 – Outras despesas operacionais	77
Nota 28 – Resultado não operacional	78
Nota 29 – Despesas tributárias	78
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	79
Nota 31 – Partes relacionadas	82
Nota 32 – Benefícios a empregados	84
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	96
Nota 34 – Outras informações	106

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias**a) Contexto**

As demonstrações contábeis intermediárias individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 07 de novembro de 2014 e pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2014.

A reclassificação entre circulante e não circulante referente os saldos da emissão externa de títulos de dívida e créditos tributários associados a essas operações nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014 não apresenta materialidade para reclassificação dos períodos comparativos de 31 de dezembro de 2013 e de 30 de setembro de 2013.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis no. 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no. 11.638/07 e no. 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis intermediárias da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações intermediárias consolidadas são apresentadas na Nota 11.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.544	100.255.576	49,00	40,35
Branes	3.400.010	-	2,00	2,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.635.100	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis intermediárias. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento.

Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos depósitos e das captações no mercado aberto, seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, bem como dos recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses são apresentados nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Nas operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, e são detalhadas na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 15,25% sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos

Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados

O valor de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2012 apresentado para fins de comparação foi ajustado e está sendo reapresentado em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recebeu ofício, emitido pelo BACEN, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais.

O atendimento ao estipulado implicou a ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias.

Os efeitos nas contas patrimoniais de 31/12/2012 relativos à aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos (1)	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista (2)	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança (2)	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas (2)	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas (3)	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial (3) (4)	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados (5)	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e PL	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597

(1) Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(4) Em março de 2013, foi registrado R\$ 233.687 a título de efeito tributário sobre o ajuste pela prática de benefícios a empregados, que foi revertido em dezembro de 2013.

(5) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos nas contas patrimoniais de 30/09/2013 relativos à mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir.

Descrição	30/09/2013					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	423.275.570	423.968.261	312.626	312.626	423.588.196	424.280.887
Outros créditos	34.060.533	34.182.677	312.626	312.626	34.373.159	34.495.303
Diversos (1)	30.892.964	30.894.414	312.626	312.626	31.205.590	31.207.040
Não circulante	435.262.732	434.389.327	-	-	435.262.732	434.389.327
Total do Ativo	858.538.302	858.357.588			858.850.928	858.670.214
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante	536.403.136	536.222.422	739.072	739.072	537.142.208	536.961.494
Depósitos	292.985.116	292.697.205	739.072	739.072	293.724.188	293.436.277
Depósitos à vista (2)	24.651.206	24.641.689	4.468	4.468	24.655.674	24.646.157
Depósitos de poupança (2)	199.755.476	199.755.476	732.586	732.586	200.488.062	200.488.062
Depósitos especiais e de fundos e programas (2)	11.412.051	11.412.051	2.018	2.018	11.414.069	11.414.069
Não circulante	295.561.370	295.561.370	-	-	295.561.370	295.561.370
Patrimônio líquido	26.573.796	26.573.796	(426.446)	(426.446)	26.147.350	26.147.350
Lucros acumulados (3)	1.643.718	1.643.718	(426.446)	(426.446)	1.217.272	1.217.272
Total do Passivo e PL	858.538.302	858.357.588			858.850.928	858.670.214

(1) Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Total de Disponibilidades (caixa)	13.335.393	11.480.407	7.083.407
Disponibilidade em moeda nacional	7.230.897	8.208.226	6.989.230
Disponibilidade em moeda estrangeira	6.104.496	3.272.181	94.177
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	97.329.854	37.232.669	75.843.028
Total	110.665.247	48.713.076	82.926.435

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	30/09/2014			31/12/2013		
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	14.413.975	-	-	14.413.975	4.473.645	5.395.736
Letras Financeiras do Tesouro	167.803	-	-	167.803	100.997	1.117.455
Letras do Tesouro Nacional	9.993.590	-	-	9.993.590	2.637.397	4.278.281
Notas do Tesouro Nacional	4.252.582	-	-	4.252.582	1.735.251	-
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	82.915.879	-	-	82.915.879	32.759.024	78.562.137
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	11.103.849	4.819.250
Letras do Tesouro Nacional	35.392.341	-	-	35.392.341	10.315.230	32.480.421
Notas do Tesouro Nacional	47.523.538	-	-	47.523.538	11.339.945	41.262.466
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.994.430	868.838	350.770	6.214.038	7.671.673	5.948.633
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.943.392	813.850	-	5.757.242	7.672.360	5.949.100
Aplicações em depósitos interfinanceiros - vinculados ao crédito rural (1)	51.364	55.131	350.770	457.265	-	-
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(326)	(143)	-	(469)	(687)	(467)
Total - ativo circulante	102.324.284	868.838	350.770	103.543.892	44.904.342	89.906.506

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 150.169 em 30/09/2014, conforme Resolução CMN 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de aplicações no mercado aberto	3.566.051	8.270.973	2.279.588	5.222.673
Posição bancada	615.129	1.233.650	425.024	1.418.006
Posição financiada	2.950.922	7.037.323	1.854.564	3.804.667
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	148.111	438.815	83.125	189.590
Total	3.714.162	8.709.788	2.362.713	5.412.263

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	68.806.368	74.294.309	4.854.408	1.019	-	147.956.104
Letras Financeiras do Tesouro	11.736	-	-	-	-	11.736
Letras do Tesouro Nacional	64.317.828	44.529.100	4.851.922	1.019	-	113.699.869
Notas do Tesouro Nacional	4.466.976	29.765.209	2.486	-	-	34.234.671
Tesouro Nacional/ Securitização	9.828	-	-	-	-	9.828
Títulos – Empresas	11.454.439	7.015.415	-	-	-	18.469.854
Debêntures	1.536.925	6.700.932	-	-	-	8.237.857
Letras de Crédito Imobiliário	374.023	15.752	-	-	-	389.775
Letras Financeiras	229.820	-	-	-	-	229.820
Cotas de Fundos	125.340	-	-	-	-	125.340
Certificado de Recebíveis Imobiliários	475.872	298.731	-	-	-	774.603
Ações	8.712.459	-	-	-	-	8.712.459
Outros	-	-	-	-	403.975	403.975
Total em 30/09/2014	80.260.807	81.309.724	4.854.408	1.019	403.975	166.829.933
Total em 31/12/2013	72.925.609	85.191.774	4.287.812	944	260.317	162.666.456
Total em 30/09/2013	81.203.069	70.332.231	3.146.288	920	237.666	154.920.174

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompensa	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	68.806.368	74.294.309	4.854.408	1.019	-	147.956.104
Letras Financeiras do Tesouro	11.736	-	-	-	-	11.736
Letras do Tesouro Nacional	64.317.828	44.529.100	4.851.922	1.019	-	113.699.869
Notas do Tesouro Nacional	4.466.976	29.765.209	2.486	-	-	34.234.671
Tesouro Nacional/ Securitização	9.828	-	-	-	-	9.828
Títulos – Empresas	12.563.148	7.015.415	-	-	-	19.578.563
Debêntures	1.536.925	6.700.932	-	-	-	8.237.857
Letras de Crédito Imobiliário	374.023	15.752	-	-	-	389.775
Letras Financeiras	229.820	-	-	-	-	229.820
Cotas de Fundos	483.547	-	-	-	-	483.547
Certificado de Recebíveis Imobiliários	475.872	298.731	-	-	-	774.603
Ações	9.462.961	-	-	-	-	9.462.961
Outros	-	-	-	-	403.975	403.975
Total em 30/09/2014	81.369.516	81.309.724	4.854.408	1.019	403.975	167.938.642
Total em 31/12/2013	73.547.377	85.191.774	4.287.812	944	260.317	163.288.224
Total em 30/09/2013	81.773.614	70.332.231	3.146.288	920	237.666	155.490.719

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 30/09/2014	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr.líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos – Brasil	149.130.272	(1.172.846)	(1.322)	147.956.104	148.267.721	-	23.467.200	9.870.655	22.157.732	92.460.517
Letras Financeiras do Tesouro	11.736	-	-	11.736	11.736	-	-	4.898	6.838	-
Letras do Tesouro Nacional	114.870.959	(1.171.090)	-	113.699.869	113.638.407	-	23.467.200	9.865.757	17.830.522	62.536.390
Notas do Tesouro Nacional	34.233.981	(1.756)	2.446	34.234.671	34.607.750	-	-	-	4.320.372	29.914.299
Tesouro Nacional/Securitização	13.596	-	(3.768)	9.828	9.828	-	-	-	-	9.828
Títulos – Empresas	18.936.315	150.007	(616.468)	18.469.854	18.469.856	8.837.799	238.998	212.401	182.721	8.997.935
Debêntures	8.137.068	149.986	(49.197)	8.237.857	8.237.858	-	-	14.525	-	8.223.332
Letras de Crédito Imobiliário	389.716	-	59	389.775	389.777	-	142.002	145.535	102.238	-
Letras Financeiras	229.781	-	39	229.820	229.819	-	96.996	52.341	80.483	-
Cotas de Fundos	125.340	-	-	125.340	125.340	125.340	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	766.055	21	8.527	774.603	774.603	-	-	-	-	774.603
Ações	9.288.355	-	(575.896)	8.712.459	8.712.459	8.712.459	-	-	-	-
Total – TVM	168.066.587	(1.022.839)	(617.790)	166.425.958	166.737.577	8.837.799	23.706.198	10.083.056	22.340.453	101.458.452
Para negociação (3)	103.816.515	(1.022.839)	-	102.793.676	102.793.676	20.915	23.467.200	4.105.545	17.837.360	57.362.656
Disponíveis para Venda	17.134.239	-	(617.790)	16.516.449	16.516.449	8.816.884	238.998	197.876	182.721	7.079.970
Mantidos até o Vencimento (4)	47.115.833	-	-	47.115.833	47.427.452	-	-	5.779.635	4.320.372	37.015.826
Instrumentos Financeiros Derivativos	403.975	-	-	403.975	403.975	-	8.599	24.998	31.352	339.026
Total – TVM e Derivativos	168.470.562	(1.022.839)	(617.790)	166.829.933	167.141.552	8.837.799	23.714.797	10.108.054	22.371.805	101.797.478

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (353.457); 31/12/2013 – (470.697); 30/09/2013 – (480.771), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 30/09/2014	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	149.130.272	(1.172.846)	(1.322)	147.956.104	148.267.721	-	23.467.200	9.870.655	22.157.732	92.460.517
Letras Financeiras do Tesouro	11.736	-	-	11.736	11.736	-	-	4.898	6.838	-
Letras do Tesouro Nacional	114.870.959	(1.171.090)	-	113.699.869	113.638.407	-	23.467.200	9.865.757	17.830.522	62.536.390
Notas do Tesouro Nacional	34.233.981	(1.756)	2.446	34.234.671	34.607.750	-	-	-	4.320.372	29.914.299
Tesouro Nacional/Securitização	13.596	-	(3.768)	9.828	9.828	-	-	-	-	9.828
Títulos – Empresas	19.392.161	150.007	36.395	19.578.563	19.578.565	9.946.508	238.998	212.401	182.721	8.997.935
Debêntures	8.137.068	149.986	(49.197)	8.237.857	8.237.858	-	-	14.525	-	8.223.332
Letras de Crédito Imobiliário	389.716	-	59	389.775	389.777	-	142.002	145.535	102.238	-
Letras Financeiras	229.781	-	39	229.820	229.819	-	96.996	52.341	80.483	-
Cotas de Fundos	483.547	-	-	483.547	483.547	483.547	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	766.055	21	8.527	774.603	774.603	-	-	-	-	774.603
Ações	9.385.994	-	76.967	9.462.961	9.462.961	9.462.961	-	-	-	-
Total – TVM	168.522.433	(1.022.839)	35.073	167.534.667	167.846.286	9.946.508	23.706.198	10.083.056	22.340.453	101.458.452
Para negociação (3)	103.816.515	(1.022.839)	-	102.793.676	102.793.676	20.915	23.467.200	4.105.545	17.837.360	57.362.656
Disponíveis para Venda	17.590.085	-	35.073	17.625.158	17.625.158	9.925.593	238.998	197.876	182.721	7.079.970
Mantidos até o Vencimento (4)	47.115.833	-	-	47.115.833	47.427.452	-	-	5.779.635	4.320.372	37.015.826
Instrumentos Financeiros Derivativos	403.975	-	-	403.975	403.975	-	8.599	24.998	31.352	339.026
Total – TVM e Derivativos	168.926.408	(1.022.839)	35.073	167.938.642	168.250.261	9.946.508	23.714.797	10.108.054	22.371.805	101.797.478

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 21.044; 31/12/2013 – (179.176); 30/09/2013 – (220.475), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO														
Descrição	30/09/2014								31/12/2013			30/09/2013		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	23.467.200	4.091.020	17.837.360	55.614.543	102.182.969	(1.172.846)	101.010.123	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942	97.875.956	(1.530.565)	96.345.391
LFT	-	-	4.898	6.838	-	11.736	-	11.736	1.625.709	(9)	1.625.700	1.558.915	5	1.558.920
LTN	-	23.467.200	4.086.122	17.830.522	55.503.398	102.058.332	(1.171.090)	100.887.242	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517	94.612.392	(1.526.218)	93.086.174
NTN	-	-	-	-	111.145	112.901	(1.756)	111.145	3.704.515	(1.790)	3.702.725	1.704.649	(4.352)	1.700.297
Títulos - Empresas	20.915	-	14.525	-	1.748.113	1.633.546	150.007	1.783.553	42.591	257	42.848	42.670	410	43.080
Debêntures	-	-	14.525	-	1.746.056	1.610.595	149.986	1.760.581	14.361	217	14.578	13.806	337	14.143
Cotas de Fundos	20.915	-	-	-	-	20.915	-	20.915	25.569	-	25.569	26.040	-	26.040
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.057	2.036	21	2.057	2.661	40	2.701	2.824	73	2.897
Total	20.915	23.467.200	4.105.545	17.837.360	57.362.656	103.816.515	(1.022.839)	102.793.676	100.515.845	(1.774.055)	98.741.790	97.918.626	(1.530.155)	96.388.471

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	INDIVIDUAL													
	30/09/2014							31/12/2013			30/09/2013			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.948	18.270	(1.322)	16.948	19.064	(1.822)	17.242	27.117	(1.067)	26.050
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.002	(10)	7.992
NTN	-	-	-	-	7.120	4.674	2.446	7.120	4.728	2.193	6.921	4.528	2.677	7.205
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	9.828	13.596	(3.768)	9.828	14.336	(4.015)	10.321	14.587	(3.734)	10.853
Títulos – Empresas	8.816.884	238.997	197.878	182.720	7.063.022	17.115.969	(616.468)	16.499.501	17.743.193	(820.933)	16.922.260	17.557.495	(839.296)	16.718.199
Debêntures	-	-	-	-	6.477.276	6.526.473	(49.197)	6.477.276	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.877.618	(35.688)	6.841.930
Letras de Crédito Imobiliário	-	142.002	145.537	102.236	-	389.716	59	389.775	582.007	(77)	581.930	529.461	(435)	529.026
Letras Financeiras	-	96.995	52.341	80.484	-	229.781	39	229.820	211.709	(6)	211.703	206.526	(158)	206.368
Cotas de Fundos	104.425	-	-	-	-	104.425	-	104.425	32.960	-	32.960	15.648	-	15.648
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	585.746	577.219	8.527	585.746	618.515	31.545	650.060	639.887	60.551	700.438
Ações	8.712.459	-	-	-	-	9.288.355	(575.896)	8.712.459	9.288.355	(783.981)	8.504.374	9.288.355	(863.566)	8.424.789
Total	8.816.884	238.997	197.878	182.720	7.079.970	17.134.239	(617.790)	16.516.449	17.762.257	(822.755)	16.939.502	17.584.612	(840.363)	16.744.249

(1) Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (353.457); 31/12/2013 – (470.697); 30/09/2013 – (480.771), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO														
Descrição	30/09/2014							31/12/2013			30/09/2013			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.948	18.270	(1.322)	16.948	19.064	(1.822)	17.242	27.117	(1.067)	26.050
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.002	(10)	7.992
NTN	-	-	-	-	7.120	4.674	2.446	7.120	4.728	2.193	6.921	4.528	2.677	7.205
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	9.828	13.596	(3.768)	9.828	14.336	(4.015)	10.321	14.587	(3.734)	10.853
Títulos – Empresas	9.925.593	238.997	197.878	182.720	7.063.022	17.571.815	36.395	17.608.210	17.840.833	(296.805)	17.544.028	17.655.136	(366.392)	17.288.744
Debêntures	-	-	-	-	6.477.276	6.526.472	(49.196)	6.477.276	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.877.618	(35.688)	6.841.930
Letras de Crédito Imobiliário	-	142.002	145.537	102.236	-	389.716	59	389.775	582.007	(77)	581.930	529.461	(435)	529.026
Letras Financeiras	-	96.995	52.341	80.484	-	229.781	39	229.820	211.709	(6)	211.703	206.526	(158)	206.368
Cotas de Fundos	462.632	-	-	-	-	462.632	-	462.632	32.960	-	32.960	15.648	-	15.648
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	585.746	577.219	8.527	585.746	618.515	31.545	650.060	639.887	60.551	700.438
Ações	9.462.961	-	-	-	-	9.385.995	76.966	9.462.961	9.385.995	(259.853)	9.126.142	9.385.996	(390.662)	8.995.334
Total	9.925.593	238.997	197.878	182.720	7.079.970	17.590.085	35.073	17.625.158	17.859.897	(298.627)	17.561.270	17.682.253	(367.459)	17.314.794

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 21.044; 31/12/2013 – (179.176); 30/09/2013 – (220.475), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	30/09/2014					31/12/2013		30/09/2013		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	-	5.779.635	4.320.372	36.829.026	46.929.033	47.240.652	46.328.668	45.740.302	41.355.084	42.459.509
LFT	-	-	-	-	-	-	3.545.568	3.545.716	3.464.777	3.465.084
LTN	-	5.779.635	-	7.032.992	12.812.627	12.751.164	10.051.095	10.015.601	9.785.466	9.815.526
NTN	-	-	4.320.372	29.796.034	34.116.406	34.489.488	32.732.005	32.178.985	28.104.841	29.178.899
Títulos - Empresas	-	-	-	186.800	186.800	186.800	396.179	396.179	194.704	194.704
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	186.800	186.800	186.800	396.179	396.179	194.704	194.704
Total	-	5.779.635	4.320.372	37.015.826	47.115.833	47.427.452	46.724.847	46.136.481	41.549.788	42.654.213

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.072.022	6.709.062	1.629.570	2.139.446	2.072.022	6.709.062	1.629.570	2.139.446
Ativos financeiros disponíveis para venda	298.916	1.104.024	291.644	602.290	309.070	1.118.300	291.644	602.290
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.112.684	3.972.144	912.294	3.610.889	1.112.684	3.972.144	912.294	3.610.889
Outros	803	(4.029)	(1.488)	(4.604)	803	(4.029)	(1.488)	(4.604)
Total	3.484.425	11.781.201	2.832.020	6.348.021	3.494.579	11.795.477	2.832.020	6.348.021

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª, 2ª e 4ª séries

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1 bilhão) e 2022 (2ª série – US\$ 500 milhões), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente. No dia 06/05/2014 foi finalizada a emissão da 4ª série no montante de US\$ 1,3 bilhão e juros semestrais de 4,25% a.a.

Adicionalmente, as remunerações semestrais incluem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributos.

Das séries emitidas, o saldo integral da 1ª e 2ª séries e parte do saldo da 4ª série (US\$ 600 milhões) foram internalizados e protegidos com a realização de operações de swap.

Os recursos mantidos no país da emissão geram exposição ao risco de variação do cupom de dólar. Quando são internalizados é adicionado o risco da variação do câmbio, cuja proteção ocorre por meio de operações de swap formalizadas como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- Variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 4ª série, 4,25% a.a. sobre US\$ 600 milhões ou US\$ 12,8 milhões semestrais, com vencimentos ente 2014 e 2019.
- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022;
 - 4ª série, US\$ 600 milhões, com vencimento em 2019.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais;
 - 4ª série, US\$ 2,25 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge			
Notas Sêniores	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
1ª Série	2.483.848	2.357.153	2.285.076
2ª Série	1.261.512	1.153.619	1.114.393
4ª Série	1.611.132	-	-
Total	5.356.492	3.510.772	3.399.469

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Desde agosto de 2013 a CAIXA realiza a captação de recursos por meio de emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo e têm como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Letra Financeira	30/09/2014	31/12/2013
15/05/2017 ⁽¹⁾	47.738	-
16/06/2017 ⁽¹⁾	51.816	-
07/05/2018 ⁽¹⁾	3.740	-
31/07/2018 ⁽¹⁾	3.075	-
11/02/2019 ⁽¹⁾	1.111	-
13/02/2019 ⁽¹⁾	5.348	-
19/09/2019 ⁽¹⁾	1.970	-
23/09/2019 ⁽¹⁾	2.425	-
10/02/2020 ⁽¹⁾	1.520	-
23/12/2020	11.323	10.316
11/01/2021 ⁽¹⁾	5.639	-
01/02/2021 ⁽¹⁾	5.787	-
15/08/2023	220.355	195.550
18/09/2023	33.493	29.789
13/11/2023	385.514	345.899
03/06/2024 ⁽¹⁾	224.089	-
15/08/2024 ⁽¹⁾	3.513	-
Total	1.008.456	581.554

(1) Os títulos emitidos a partir de JAN/14 somam R\$ 326.460 mil se considerados os valores de emissão (em 30/09/2014 somam R\$ 357.770 mil em valor justo)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade do hedge manteve-se em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2014					31/12/2013	30/09/2013
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos Futuros	1.931.902	30.752	7.599.654	54.074.567	63.636.875	93.986.048	86.345.479
Contratos de Swaps	94.069	371.493	521.759	6.581.674	7.568.995	5.737.232	4.267.557
Total	2.025.971	402.245	8.121.413	60.656.241	71.205.870	99.723.280	90.613.036

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2014					31/12/2013	30/09/2013
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas Patrimoniais							
Swap posição comprada – a receber	8.599	24.998	31.352	339.026	403.975	260.317	237.666
Swap posição vendida – a pagar	249	6.159	19.915	53.025	79.348	89.171	24.575

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Swap	581.596	153.318	180.592	212.987
Futuro	648.970	184.777	204.115	2.129.904
Total realizado	1.230.566	338.095	384.707	2.342.891

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Títulos públicos	4.855.427	4.288.756	3.147.208
Notas do Tesouro Nacional	2.486	5.039	3.154
Letras do Tesouro Nacional	4.846.011	4.280.627	3.139.130
Letras Financeiras do Tesouro	6.930	3.090	4.924

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	6.342.953	5.248.104	7.451.113
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	45.814.974	41.509.247	39.914.245
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	13.136.912	10.127.075	10.861.433
Recursos do crédito rural	Não remunerado	-	1.021.462	1.021.463
Compulsório adicional	Taxa SELIC	32.191.956	28.282.632	27.930.302
Total		97.486.795	86.188.520	87.178.556

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
	Total Crédito	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	81.359	81.879	58.466
FCVS a receber	28.076.269	23.903.656	23.654.229
Não habilitados (1)	2.011.137	1.359.783	1.447.098
Habilitados e não homologados (2)	9.347.663	7.139.629	6.973.423
Habilitados e homologados (3)	16.717.469	15.404.244	15.233.708
Provisão FCVS a receber	(3.303.919)	(3.187.964)	(3.122.758)
Total (líquido de provisão) (4)	24.853.709	20.797.571	20.589.937

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

(4) Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R\$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R\$ 1.411.173 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Créditos vinculados ao BACEN	1.941.988	5.373.936	1.393.641	3.493.136
Créditos vinculados ao SFH	422.555	1.233.290	280.521	1.079.957
Total	2.364.543	6.607.226	1.674.162	4.573.093

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Empréstimos e Títulos descontados	26.043.436	67.837.353	20.032.213	19.690.349	5.445.788	2.806.833	1.376.455	1.383.042	6.178.397	150.793.866	141.039.919	133.948.716
Financiamentos	10.563.002	13.387.524	2.307.632	2.458.634	2.674.336	779.718	512.892	433.811	3.369.653	36.487.202	31.005.465	28.006.662
Financiamentos rurais e agroindustriais	593.410	1.248.568	1.022.604	1.178.000	86.131	19.623	10.810	4.524	8.887	4.172.557	1.997.399	888.508
Financiamentos Imobiliários	173.658.283	54.693.235	37.120.949	35.156.650	11.337.383	1.105.632	602.131	523.769	6.429.833	320.627.865	270.392.302	254.269.614
Financiamentos de Infraestrutura	25.665.906	23.358.276	789.051	236.237	179.281	797.620	6.474	-	37.903	51.070.748	36.837.628	33.279.197
Cessão de créditos	-	5.422.829	47.500	43.353	11.533	6.939	3.598	2.872	5.507	5.544.131	4.215.073	4.379.352
Outros Créditos (Nota 8 (d))	661.748	4.780.021	1.099.523	684.614	158.490	153.136	19.468	14.814	155.403	7.727.217	8.749.294	8.578.802
Total	237.185.785	170.727.806	62.419.472	59.447.837	19.892.942	5.669.501	2.531.828	2.362.832	16.185.583	576.423.586	494.237.080	463.350.851
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(853.639)	(624.195)	(1.783.422)	(1.989.294)	(1.700.850)	(1.265.914)	(1.653.965)	(16.185.583)	(26.056.862)	(23.966.296)	(22.755.062)
Total líq. de provisões em 30/09/2014	237.185.785	169.874.167	61.795.277	57.664.415	17.903.648	3.968.651	1.265.914	708.867	-	550.366.724	-	-
Total líq. de provisões em 31/12/2013	54.675.049	269.967.341	59.769.058	70.125.055	10.457.162	3.704.357	1.042.806	529.956	-	-	470.270.784	-
Total líq. de Provisões em 30/09/2013	50.792.981	247.408.426	57.710.981	70.489.754	9.453.596	3.167.721	1.098.109	474.221	-	-	-	440.595.789

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Empréstimos e títulos descontados	(339.187)	(200.322)	(590.710)	(544.579)	(842.050)	(688.228)	(968.129)	(6.178.397)	(10.351.602)	(7.809.150)	(6.929.945)
Financiamentos	(66.938)	(23.076)	(73.759)	(267.434)	(233.915)	(256.446)	(303.668)	(3.369.653)	(4.594.889)	(3.028.291)	(2.379.272)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(6.243)	(10.226)	(35.340)	(8.613)	(5.887)	(5.405)	(3.167)	(8.887)	(83.768)	(33.107)	(19.366)
Financiamentos imobiliários	(273.466)	(371.209)	(1.054.700)	(1.133.738)	(331.690)	(301.066)	(366.638)	(6.429.833)	(10.262.340)	(12.109.996)	(12.639.240)
Financiamentos de infraestrutura	(116.791)	(7.891)	(7.081)	(17.928)	(239.285)	(3.237)	-	(37.903)	(430.116)	(633.356)	(443.395)
Cessão de créditos	(27.114)	(475)	(1.301)	(1.153)	(2.082)	(1.799)	(2.010)	(5.507)	(41.441)	(28.627)	(27.740)
Outros créditos (Nota 8 (d))	(23.900)	(10.996)	(20.531)	(15.849)	(45.941)	(9.733)	(10.353)	(155.403)	(292.706)	(323.769)	(316.104)
Total	(853.639)	(624.195)	(1.783.422)	(1.989.294)	(1.700.850)	(1.265.914)	(1.653.965)	(16.185.583)	(26.056.862)	(23.966.296)	(22.755.062)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
01 a 30 dias	4.508.197	10.337.314	2.913.879	2.713.160	754.317	182.086	70.774	51.786	419.150	21.950.663	16.596.864	16.753.862
31 a 60 dias	3.540.409	5.684.799	1.446.014	1.527.502	389.326	107.237	30.484	32.833	229.392	12.987.996	10.662.566	9.632.357
61 a 90 dias	3.749.179	5.148.497	1.451.234	1.341.178	349.567	96.640	26.674	22.654	232.964	12.418.587	9.748.258	8.701.020
91 a 180 dias	7.425.852	13.434.066	3.840.431	3.609.296	957.699	262.992	71.017	58.574	551.932	30.211.859	26.607.940	24.089.471
181 a 360 dias	13.805.736	21.154.412	5.767.286	5.619.268	1.499.486	432.351	85.740	70.813	650.134	49.085.226	42.989.482	39.790.836
Ac. de 360 dias	201.273.614	110.930.476	36.330.646	31.995.171	7.706.272	1.864.634	294.324	227.735	3.798.329	394.421.201	343.330.425	320.967.642
Total	234.302.987	166.689.564	51.749.490	46.805.575	11.656.667	2.945.940	579.013	464.395	5.881.901	521.075.532	449.935.535	419.935.188

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Parcelas Vencidas	35.822	69.802	804.679	1.125.660	1.661.545	1.401.797	1.327.304	1.257.498	6.646.326	14.330.433	6.725.866	6.152.122
01 a 30 dias	35.822	69.802	696.305	273.310	175.269	55.592	24.866	24.357	115.823	1.471.146	1.529.006	1.593.031
31 a 60 dias	-	-	106.348	415.038	153.355	49.991	29.977	23.496	169.434	947.639	889.890	712.126
61 a 90 dias	-	-	2.026	286.968	1.021.979	312.592	129.110	87.695	455.150	2.295.520	828.776	786.272
91 a 180 dias	-	-	-	150.344	310.637	800.946	961.913	942.035	1.328.610	4.494.485	1.726.348	1.516.107
181 a 360 dias	-	-	-	-	305	182.676	181.438	179.915	4.288.838	4.833.172	1.715.073	1.522.548
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	288.471	288.471	36.773	22.038
Parcelas Vincendas	2.846.976	3.968.440	9.865.303	11.516.602	6.574.730	1.321.764	625.511	640.939	3.657.356	41.017.621	37.575.679	37.263.541
01 a 30 dias	27.414	61.453	199.751	226.623	106.182	30.323	14.275	15.278	87.424	768.723	752.507	871.546
31 a 60 dias	26.097	57.835	176.503	185.735	99.494	28.030	13.497	14.501	74.096	675.788	691.109	678.357
61 a 90 dias	26.312	57.767	170.134	181.750	98.839	27.568	13.314	14.430	72.908	663.022	675.763	664.738
91 a 180 dias	76.443	170.384	486.185	519.769	285.957	79.431	37.973	41.672	209.456	1.907.270	1.936.228	1.928.219
181 a 360 dias	148.221	332.565	897.120	969.147	537.804	146.420	69.742	78.159	381.806	3.560.984	3.527.509	3.597.247
Acima de 360 dias	2.542.489	3.288.436	7.935.610	9.433.578	5.446.454	1.009.992	476.710	476.899	2.831.666	33.441.834	29.992.563	29.523.434
Total	2.882.798	4.038.242	10.669.982	12.642.262	8.236.275	2.723.561	1.952.815	1.898.437	10.303.682	55.348.054	44.301.545	43.415.663

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Créditos	7.727.217	8.749.294	8.578.802
Cartão de crédito	6.574.741	6.279.297	5.400.677
Créditos adquiridos (1)	27.158	2.422.528	3.130.528
Diversos	1.125.318	47.469	47.597
Provisão	(292.706)	(323.769)	(316.104)
Cartão de crédito	(215.162)	(218.995)	(169.237)
Créditos adquiridos (1)	(27.158)	(77.487)	(117.593)
Diversos	(50.386)	(27.287)	(29.274)
Créditos - líquidos de provisão	7.434.511	8.425.525	8.262.698

(1) Créditos adquiridos com cobrança dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(e) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
SETOR PÚBLICO	45.925.078	37.076.753	36.022.963
Administração Direta	24.232.189	20.202.347	19.183.829
Administração Indireta – Petroquímico	11.476.136	11.241.113	11.385.420
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.714.040	3.643.837	3.465.937
Administração Indireta – Outros	6.502.713	1.989.456	1.987.777
SETOR PRIVADO	530.498.508	457.160.327	427.327.888
PESSOA JURÍDICA	116.750.457	104.196.494	96.981.648
Comércio varejista	25.555.361	23.923.477	22.055.542
Construção civil	14.115.449	11.450.176	11.083.381
Siderurgia e Metalurgia	9.587.897	9.520.536	9.374.106
Energia elétrica	9.023.955	7.845.936	7.344.431
Serviços financeiros	4.951.018	5.081.949	5.648.086
Outras indústrias	8.056.041	6.800.733	5.639.220
Transporte	7.865.552	6.729.159	5.646.350
Agronegócio e Extrativismo	3.548.850	4.156.287	4.277.234
Comércio atacadista	5.681.770	4.989.191	4.440.258
Saúde	3.482.442	3.393.988	3.125.319
Saneamento e infraestrutura	3.982.505	2.713.321	2.185.047
Petroquímico	2.198.584	2.190.992	1.978.951
Têxtil	2.093.081	1.979.412	1.812.722
Comunicação	1.599.605	1.672.045	1.603.847
Alimentação	1.915.073	1.808.854	1.620.436
Serviços pessoais	375.146	344.604	308.632
Outros serviços	12.718.128	9.595.834	8.838.086
PESSOA FÍSICA	413.748.051	352.963.833	330.346.240
Total	576.423.586	494.237.080	463.350.851

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	9.652.340	26.357.139	6.916.742	18.040.771
Financiamentos rurais e agroindustriais	47.956	108.269	7.051	11.654
Financiamentos imobiliários	6.892.577	18.978.880	4.950.987	13.690.513
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.080.690	2.655.294	601.608	1.553.139
Outros créditos	1.797	5.240	2.157	7.702
Total	17.675.360	48.104.822	12.478.545	33.303.779

(g) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	30/09/2014	%	31/12/2013	%	30/09/2013	%
Principal devedor	11.476.136	1,99	11.241.112	2,27	11.385.420	2,46
10 maiores devedores	43.897.086	7,62	37.348.218	7,56	36.167.983	7,81
20 maiores devedores	57.848.020	10,04	48.329.868	9,78	46.379.116	10,01
50 maiores devedores	77.417.036	13,43	62.507.566	12,65	61.215.157	13,21
100 maiores devedores	89.516.565	15,53	71.162.847	14,40	69.138.288	14,92

(h) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações Renegociadas	2.435.818	7.637.488	1.505.283	4.201.893
Operações Comerciais	2.175.587	7.016.843	1.451.802	3.870.843
Operações Habitacionais	260.231	620.645	53.481	331.050
Operações Recuperadas	1.616.681	2.420.995	241.589	599.513
Operações Comerciais	536.381	1.078.333	216.223	516.592
Operações Habitacionais	1.080.300	1.342.662	25.366	82.921

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**Sem coobrigação**

No decorrer do 3º trimestre de 2014, foram realizadas cessões de créditos sem coobrigação para a Empresa Gestora de Ativos – EMGEA S.A., resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações refletidas no resultado da intermediação financeira (Nota 22), bem como a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital.

Descrição	Créditos Ativos	Créditos Baixados Prejuízo	Valor total da Cessão	Valor Presente
Comercial	1.830.930	4.363.948	6.194.878	712.750
Habitacional	578.232	446.269	1.024.501	890.589
TOTAL	2.409.162	4.810.217	7.219.379	1.603.339

Com coobrigação

No decorrer do 3º trimestre de 2014, foram realizadas cessões de créditos de operações imobiliárias com coobrigação para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A. no valor de R\$ 1.783.082.

Resultado com operações de venda ou transferência de ativos financeiros

Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Receitas	1.483.053	1.806.725	95.818	273.478
Rendas vinculadas a operações adquiridas (1)	41.933	165.016	95.818	273.478
Lucro nas operações (2)	122.948	323.537	-	-
Valor Recuperado Prejuízo (2)	399.404	399.404	-	-
Reversão de Provisão (2)	918.768	918.768	-	-
Despesas	(1.432.455)	(1.613.663)	(62.587)	(155.727)
Despesas vinculadas a cessões com coobrigação (3)	(104.490)	(285.698)	(62.587)	(155.727)
Prejuízos de obrigações por operações vinculadas à cessão (2)	(1.327.965)	(1.327.965)	-	-
Resultado	50.598	193.062	33.231	117.751

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) Créditos cedidos à EMGEA, que apresentam um resultado de R\$ 59.680 – líquido dos efeitos tributários, R\$ 113.155 – antes dos efeitos tributários.

(3) Cessão de créditos habitacionais, com retenção de riscos, para securitizadoras.

(j) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Individual / Consolidado)

Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo inicial	(25.411.010)	(23.966.296)	(21.638.011)	(19.921.098)
Constituição de provisão no período	(4.261.162)	(13.591.548)	(2.355.391)	(8.322.069)
Reversão de provisão no período	981.219	3.881.936	-	1.645.049
Transferência para prejuízo	(2.340.206)	2.000.876	863.155	3.467.852
Reversão de prejuízo	4.974.297	5.618.170	375.185	375.204
Saldo final	(26.056.862)	(26.056.862)	(22.755.062)	(22.755.062)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos
(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))
Créditos por Avais e Fianças Honrados	27.159	26.042	28.161
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	1.582.642	686.732	664.950
Rendas a Receber	2.548.778	2.019.622	1.845.006
Convênios setor privado	104.598	121.777	120.267
Convênios setor público	341.258	462.927	444.327
Administração de fundos de investimento	50.337	107.829	103.711
Administração de fundos e programas sociais	1.715.225	1.098.764	1.028.107
Repasses OGU	215.073	178.788	148.594
Outras rendas a receber	122.287	49.537	-
Negociação e Intermediação de valores	361	864	55.535
Créditos Específicos	788.057	716.094	708.105
Diversos – Nota 9 (b)	50.333.649	55.433.625	49.835.817
Provisão para Outros Créditos	(292.706)	(323.769)	(316.104)
Total	54.987.940	58.559.210	52.821.470
Ativo circulante	48.853.084	38.317.229	34.373.159
Ativo não circulante	6.134.856	20.241.981	18.448.311

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))
Créditos por Avais e Fianças Honrados	27.159	26.042	28.161
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	1.582.642	686.732	664.950
Rendas a Receber	2.729.371	2.180.487	1.965.700
Dividendos e JCP a receber	180.592	160.865	120.694
Convênios Setor Privado	104.599	121.777	120.267
Convênios Setor Público	341.258	462.927	444.327
Administração de Fundos de Investimento	50.337	107.829	103.711
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.715.225	1.098.764	1.028.107
Repasses OGU	215.073	178.788	148.594
Outras rendas a receber	122.287	49.537	-
Negociação e Intermediação de valores	361	864	55.535
Créditos Específicos	788.057	716.094	708.105
Diversos – Nota 9 (b)	50.339.298	55.432.952	49.837.267
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(292.706)	(323.769)	(316.104)
Total	55.174.182	58.719.402	52.943.614
Ativo circulante	49.039.326	38.477.421	34.495.303
Ativo não circulante	6.134.856	20.241.981	18.448.311

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 (Nota 3 (t))
Créditos tributários – (Nota 20)	21.549.833	20.165.547	18.578.223	21.549.869	20.165.575	18.578.242
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	12.361.624	11.290.593	11.111.502	12.361.624	11.290.593	11.111.502
Adiantamentos e antecipações salariais	450.706	172.667	391.139	450.706	172.667	391.139
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	1.093.099	4.097.762	1.041.307	1.093.099	4.097.762	1.039.460
Impostos e contribuições a compensar	314.472	488.536	235.578	322.956	489.991	238.682
Cartão de crédito (1)	6.731.401	6.353.846	5.477.871	6.731.401	6.353.846	5.477.871
Prêmio em aquisição de carteiras	1.034.328	1.117.851	1.093.896	1.034.328	1.117.851	1.093.896
Seguros a receber	112.301	102.601	87.563	112.301	102.601	87.563
Créditos adquiridos	1.099.981	2.422.528	3.130.527	1.099.981	2.422.528	3.130.527
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	1.318.132	3.179.808	1.958.402	1.318.132	3.179.808	1.958.402
Valores a receber – royalties (2)	20.231	2.458.311	2.401.391	20.231	2.458.311	2.401.391
Valores a receber – FND	404.988	386.846	381.572	404.988	386.846	381.572
Valores a receber - correspondentes bancários	138.921	196.488	199.679	138.921	196.488	199.679
Valores a receber - resgate de bônus	96.291	91.515	90.010	96.291	91.515	90.010
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	47.044	35.083	5.219	47.044	35.083	5.219
Valores a receber - créditos administrados	26.519	28.246	26.934	26.519	28.246	26.934
Valores a receber - planos de saúde autogestão	29.014	20.220	19.141	29.014	20.220	19.141
Valores a apropriar	3.014.818	2.560.068	949.574	3.014.868	2.560.068	949.748
Outros devedores (3)	1.981.848	322.138	2.714.078	1.978.927	319.982	2.714.078
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.173)	-	-	(1.411.173)	-	-
Provisão para perdas - diversos (4)	(80.729)	(57.029)	(57.789)	(80.729)	(57.029)	(57.789)
Total	50.333.649	55.433.625	49.835.817	50.339.298	55.432.952	49.837.267
Ativo circulante	43.979.001	35.143.263	31.205.590	43.984.650	35.142.590	31.207.040
Ativo não circulante	6.354.648	20.290.362	18.630.227	6.354.648	20.290.362	18.630.227

(1) Inclui créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Variação em 2014 refere-se à liquidação do contrato de aquisição de royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDENCIA.

(3) Inclui R\$ 1.783.082 relativo à cessão de créditos para a RB Capital, realizada no decorrer do 3º trimestre de 2014 (Nota 8 (i)).

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	21.450	5.366	20.779
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	1.562.652	687.540	645.073
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(1.460)	(6.174)	(902)
Ativo circulante (Nota 9 (a))	1.582.642	686.732	664.950
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	139.683	21.402	19.910
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	133.935	17.916	28.386
Passivo circulante (Nota 18 (a))	273.618	39.318	48.296

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Receitas	3.907.789	10.190.044	1.371.888	2.960.330
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.907.789	10.190.044	1.371.888	2.960.330
Despesas	(4.562.940)	(10.545.218)	(1.510.653)	(3.284.581)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(4.562.940)	(10.545.218)	(1.510.652)	(3.284.580)
Resultado de câmbio	(655.151)	(355.174)	(138.764)	(324.250)

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Bens não de uso próprio	1.334.443	993.843	885.397
Imóveis patrimoniais não de uso	174.529	146.510	148.182
Imóveis adjudicados/arrematados	1.159.914	847.333	737.215
Despesas antecipadas	84.526	66.890	150.967
Material de consumo	36.263	26.326	24.534
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(31.785)	(31.614)	(27.090)
Total	1.423.447	1.055.445	1.033.808

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo inicial	(30.371)	(31.614)	(26.291)	(103.028)
Constituição	(6.527)	(31.775)	(3.505)	(13.539)
Baixas	5.113	31.604	2.706	89.477
Saldo final	(31.785)	(31.785)	(27.090)	(27.090)

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR). No período alcançou o montante de R\$ 5.269.356 (31/12/2013 – R\$ 4.272.753; 30/09/2013 – R\$ 4.045.342). O resultado da equivalência patrimonial no período foi de R\$ 208.899 (3º trimestre de 2013 R\$ 116.780, no acumulado até setembro de 2014 R\$ 514.121 (acumulado setembro 2013 – R\$ 270.258).

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

CONSOLIDADO							
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013	2014		2013	
				3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.232.189	2.082.025	2.051.362	192.594	573.162	192.774	506.774
Banco PAN	1.050.450	494.554	574.151	3.459	(50.265)	(70.801)	(220.817)
Capgemini	243.644	269.345	279.805	(5.884)	(37.835)	(14.262)	(31.769)
Elo Serviços	12.453	13.318	10.374	(801)	(866)	560	(414)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.793	6.832	7.186	23	114	148	357
Caixa Seguros Participações - CSP	-	41.138	3.406	-	2.192	680	680
Crescer	691	9.323	5.545	(3.517)	(13.919)	(5.357)	(6.905)
Branes	1.859	1.897	1.875	(1)	(38)	(143)	(324)
BIAPE	547	788	593	8	106	-	(153)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	82.136	201.552	-	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	198.153	166.958	-	-	-	-	-
Fundo de Investim. em Participações	39.382	39.029	39.219	(144)	(694)	(190)	(1.107)
Outros Investimentos (1)	1.640	14.014	198.420	-	-	-	-
Total	3.869.937	3.340.773	3.171.936	185.737	471.957	103.409	246.322

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo anterior	249.439	272.719	311.807	477.849
Amortizações	(11.640)	(34.920)	(21.123)	(187.165)
Saldo atual	237.799	237.799	290.684	290.684

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Em junho/2014 a CAIXA alterou o critério de apuração da depreciação dos imóveis de uso, em conformidade com as determinações do COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Esse ajuste não apresenta materialidade para representação dos valores comparativos dos períodos de 31/12/2013 e 30/09/2013.

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	30/09/2014			31/12/2013			30/09/2013
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	1.063.181	(306.581)	756.600	770.513	(182.191)	588.322	573.599
Edificações	1.001.978	(306.581)	695.397	713.871	(182.191)	531.680	521.027
Terrenos	61.203	-	61.203	56.642	-	56.642	52.572
Reaval. de imóveis de uso	740.078	(172.857)	567.221	743.272	(157.772)	585.500	590.755
Edificações	540.505	(172.857)	367.648	543.219	(157.772)	385.447	390.371
Terrenos	199.573	-	199.573	200.053	-	200.053	200.384
Outras imobilizações de uso	6.421.199	(4.262.599)	2.158.600	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500	1.604.147
Imobilizações em curso	36.356	-	36.356	41.928	-	41.928	40.151
Inst., móveis e equip. de uso	1.383.765	(739.241)	644.524	1.293.557	(664.611)	628.946	621.727
Sistema de comunicação	91.443	(73.221)	18.222	91.387	(70.177)	21.210	23.504
Sistema de proc.de dados	4.548.944	(3.199.302)	1.349.642	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238	846.364
Sistema de transporte e segurança	360.691	(250.835)	109.856	321.734	(223.556)	98.178	72.401
Total	8.224.458	(4.742.037)	3.482.421	7.181.467	(4.155.145)	3.026.322	2.768.501

Movimentação do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2014
Imóveis de uso	588.322	8.906	299.344	(299)	(139.673)	756.600
Edificações	531.680	8.906	294.741	(257)	(139.673)	695.397
Terrenos	56.642	-	4.603	(42)	-	61.203
Reaval. de imóveis de uso	585.500	-	-	(1.657)	(16.622)	567.221
Edificações	385.447	-	-	(1.177)	(16.622)	367.648
Terrenos	200.053	-	-	(480)	-	199.573
Outras imobilizações de uso	1.852.500	(8.906)	762.640	(150)	(447.484)	2.158.600
Imobilizações em curso	41.928	(8.906)	3.334	-	-	36.356
Inst., móveis e equip. de uso	628.946	-	90.262	-	(74.684)	644.524
Sistema de comunicação	21.210	-	55	-	(3.043)	18.222
Sistema de proc.de dados	1.062.238	-	629.868	-	(342.464)	1.349.642
Sist. de transp./segurança	98.178	-	39.121	(150)	(27.293)	109.856
Total	3.026.322	-	1.061.984	(2.106)	(603.779)	3.482.421

Com o índice de imobilização apurado de 14,26% (31/12/2013 – 12,85%; 30/09/2013 – 11,05%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	30/09/2014				31/12/2013				30/09/2013
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.664.727	(1.129.846)	(6.204)	1.528.677	2.572.857	(909.854)	(6.887)	1.656.116	1.588.908
Outros ativos intangíveis	370.855	(41.875)	-	328.980	324.200	(29.715)	-	294.485	298.063
Projetos logiciais - Software	1.003.447	(212.654)	-	790.793	727.408	(144.026)	-	583.382	466.153
Total	4.039.029	(1.384.375)	(6.204)	2.648.450	3.624.465	(1.083.595)	(6.887)	2.533.983	2.353.124

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2013	30/09/2014			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.656.116	286.278	(13.410)	(400.307)	1.528.677
Outros ativos intangíveis	294.485	46.655	-	(12.160)	328.980
Projetos logiciais - Software	583.382	293.271	-	(85.860)	790.793
Total	2.533.983	626.204	(13.410)	(498.327)	2.648.450

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 Nota 3 (t)	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 Nota 3 (t)
Depósitos à vista – sem remuneração	24.573.919	25.170.971	24.655.674	24.573.919	25.170.971	24.646.157
Pessoas físicas	10.372.207	10.193.256	9.428.583	10.372.207	10.193.256	9.428.583
Pessoas jurídicas	11.328.749	11.822.111	11.923.440	11.328.749	11.822.111	11.913.923
Vinculados	1.750.547	1.791.248	1.972.472	1.750.547	1.791.248	1.972.472
Governo	735.911	1.055.105	1.018.845	735.911	1.055.105	1.018.845
Moedas estrangeiras	-	4.980	3.961	-	4.980	3.961
Instituições do sistema financeiro	57.866	40.902	40.466	57.866	40.902	40.466
Entidades públicas	179.204	152.943	188.578	179.204	152.943	188.578
Outros	149.435	110.426	79.329	149.435	110.426	79.329
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	228.727.162	209.573.848	200.488.062	228.727.162	209.573.848	200.488.062
Pessoas físicas	226.197.049	205.688.360	196.914.233	226.197.049	205.688.360	196.914.233
Pessoas jurídicas	2.527.652	3.882.990	3.571.301	2.527.652	3.882.990	3.571.301
Vinculados	2.461	2.498	2.528	2.461	2.498	2.528
Depósitos interfinanceiros	4.738.348	2.353.562	1.248.114	4.738.348	2.353.562	1.248.114
Depósitos a prazo	137.322.929	113.801.680	115.195.030	137.037.060	113.516.246	114.916.636
Remuneração prefixada	66.180.042	50.530.631	56.442.088	65.894.173	50.245.198	56.163.694
Depósitos a prazo em moeda nacional	66.180.042	50.530.631	56.442.088	65.894.173	50.245.198	56.163.694
Remuneração pós-fixada	71.142.887	63.271.049	58.752.942	71.142.887	63.271.048	58.752.942
Depósitos a prazo em moeda nacional	21.025.851	18.942.280	15.993.263	21.025.851	18.942.280	15.993.263
Depósitos judiciais com remuneração	50.117.036	44.328.769	42.759.679	50.117.036	44.328.768	42.759.679
Depósitos especiais e de fundos e programas	7.679.716	10.155.127	11.414.069	7.679.716	10.155.127	11.414.069
Sem remuneração	266.945	243.494	238.713	266.945	243.494	238.713
Remuneração prefixada	480.827	452.372	441.658	480.827	452.372	441.658
Remuneração pós-fixada	6.931.944	9.459.261	10.733.698	6.931.944	9.459.261	10.733.698
Total	403.042.074	361.055.188	353.000.949	402.756.205	360.769.754	352.713.038
Passivo circulante	327.589.066	304.015.240	293.724.188	327.303.197	303.729.806	293.436.277
Passivo não circulante	75.453.008	57.039.948	59.276.761	75.453.008	57.039.948	59.276.761

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 Nota 3 (t)	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 Nota 3 (t)
Depósitos à Vista	24.573.919	-	-	-	24.573.919	25.170.971	24.655.674	24.573.919	25.170.971	24.646.157
Depósitos de Poupança	228.727.162	-	-	-	228.727.162	209.573.848	200.488.062	228.727.162	209.573.848	200.488.062
Depósitos Interfinanceiros	-	1.274.074	3.033.931	430.343	4.738.348	2.353.562	1.248.114	4.738.348	2.353.562	1.248.114
Depósitos a prazo	50.131.614	3.182.724	8.985.926	75.022.665	137.322.929	113.801.680	115.195.030	137.037.060	113.516.246	114.916.636
CDB	-	3.182.724	8.985.926	75.022.665	87.191.315	69.447.549	72.410.229	86.905.446	69.162.115	72.131.835
Depósitos Judiciais	50.117.036	-	-	-	50.117.036	44.328.768	42.759.679	50.117.036	44.328.768	42.759.679
Outros	14.578	-	-	-	14.578	25.363	25.122	14.578	25.363	25.122
Depósitos especiais e de fundos e programas	7.679.716	-	-	-	7.679.716	10.155.127	11.414.069	7.679.716	10.155.127	11.414.069
Total	311.112.411	4.456.798	12.019.857	75.453.008	403.042.074	361.055.188	353.000.949	402.756.205	360.769.754	352.713.038

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos de Poupança	(3.781.599)	(10.613.980)	(2.827.455)	(7.701.309)
Depósitos Interfinanceiros	(98.946)	(207.824)	(9.655)	(49.553)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.242.859)	(5.905.393)	(1.540.768)	(3.754.285)
Depósitos judiciais	(698.465)	(1.942.185)	(497.564)	(1.375.457)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(298.049)	(819.304)	(240.111)	(832.546)
Outras captações	(150.657)	(428.494)	(126.288)	(352.139)
Total	(7.270.575)	(19.917.180)	(5.241.841)	(14.065.289)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos de Poupança	(3.781.599)	(10.613.979)	(2.827.455)	(7.701.309)
Depósitos Interfinanceiros	(98.946)	(207.825)	(9.655)	(49.553)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.232.407)	(5.878.886)	(1.534.995)	(3.745.032)
Depósitos judiciais	(698.465)	(1.942.185)	(497.564)	(1.375.457)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(298.049)	(819.304)	(240.111)	(832.546)
Outras captações	(150.657)	(428.494)	(126.288)	(352.138)
Total	(7.260.123)	(19.890.673)	(5.236.068)	(14.056.035)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos de fundos e programas sociais.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013 Nota 3 (t)
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	2.371.876	4.719.449	5.727.179
Depósitos - Especiais com remuneração	1.796.519	1.729.558	1.650.878
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.530.226	1.794.679	1.876.968
Depósitos – FISANE	8.857	8.428	8.292
Depósitos – PRODEC	51.189	49.682	48.969
Programa de Integração Social – PIS	7.602	122.945	150.755
Fundo Garantia Safrá – FGS	27.143	30.527	40.486
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	82.129	76.925	109.844
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	382.292	334.259	351.297
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.167	8.114	8.857
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	9.799	4.526	3.620
Depósitos – PREVHAB	566.772	523.094	515.893
Saúde CAIXA	266.945	243.494	236.694
Outros	570.200	509.447	684.337
Total	7.679.716	10.155.127	11.414.069

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2014		2013	
		3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos - FGTS	Selic	(158.489)	(444.036)	(134.420)	(366.939)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(23.336)	(69.166)	(29.294)	(85.074)
Depósitos - FISANE	TR	(150)	(429)	(122)	(357)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(865)	(1.515)	(772)	(2.246)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(15.729)	(39.437)	(7.794)	(19.942)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(1.503)	(2.528)	(2.400)	(4.077)
Depósitos - FAR	Selic	(15.936)	(31.875)	(6.543)	(22.888)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(10.251)	(28.659)	(8.047)	(22.433)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(8.310)	(22.664)	(5.769)	(14.722)
Depósitos - FAS	TR	(16)	(41)	(1)	(1)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(16.287)	(44.708)	(11.777)	(30.298)
Depósitos - Caução	TR	(3.049)	(6.142)	(905)	(180.270)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(10.957)	(30.265)	(8.296)	(21.128)
Outros		(33.171)	(97.839)	(23.971)	(62.171)
Total		(298.049)	(819.304)	(240.111)	(832.546)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/09/2014			31/12/2013			30/09/2013		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					269.100	1.186.666	1.455.766	136.093	1.584.128	1.720.221	193.861	1.608.649	1.802.510
Proger urbano					202.852	785.316	988.168	67.245	1.116.098	1.183.343	124.467	1.118.796	1.243.263
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	202.852	785.316	988.168	67.243	1.111.422	1.178.665	124.465	1.113.889	1.238.354
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	26	26	-	27	27
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	2	4.650	4.652	2	4.880	4.882
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	525	89	614	1.120	6.735	7.855	965	9.298	10.263
FAT infraestrutura					65.277	399.244	464.521	66.779	458.011	524.790	67.183	476.471	543.654
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	65.277	399.244	464.521	66.779	458.011	524.790	67.183	476.471	543.654
FAT – PNMPO					446	2.017	2.463	949	3.284	4.233	1.246	4.084	5.330
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	446	2.017	2.463	949	3.284	4.233	1.246	4.084	5.330
Linhas de crédito especiais					310	74.150	74.460	299	74.159	74.458	309	74.149	74.458
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	310	74.150	74.460	299	74.159	74.458	309	74.149	74.458
Total					269.410	1.260.816	1.530.226	136.392	1.658.287	1.794.679	194.170	1.682.798	1.876.968

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Carteira Própria (1)	80.260.165	83.815.366	70.508.272	80.168.715	83.730.605	70.424.699
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.627.738	4.529.244	-	4.627.738	4.529.244
Letras do Tesouro Nacional	44.302.461	49.660.494	38.821.622	44.302.461	49.660.494	38.821.622
Notas do Tesouro Nacional	29.015.492	26.052.299	26.791.378	28.924.042	25.967.539	26.707.805
Debêntures	6.647.922	3.474.835	366.028	6.647.922	3.474.834	366.028
Certificados de Recebíveis Imobiliários	278.546	-	-	278.546	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	15.744	-	-	15.744	-	-
Carteira de Terceiros	82.608.503	32.759.024	78.570.370	82.608.503	32.759.024	78.570.370
Letras Financeiras do Tesouro	-	11.103.849	4.818.069	-	11.103.849	4818069
Letras do Tesouro Nacional	35.102.428	10.315.230	32.468.879	35.102.428	10.315.230	32.468.879
Notas do Tesouro Nacional	47.506.075	11.339.945	41.283.422	47.506.075	11.339.945	41.283.422
Total	162.868.668	116.574.390	149.078.642	162.777.218	116.489.629	148.995.069
Passivo circulante	155.387.465	115.453.523	146.771.653	155.296.015	115.368.762	146.688.080
Passivo não circulante	7.481.203	1.120.867	2.306.989	7.481.203	1.120.867	2.306.989

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Carteira própria	(2.017.975)	(5.254.455)	(1.371.748)	(3.567.992)
Carteira de terceiros	(2.923.728)	(7.021.161)	(1.769.923)	(3.524.556)
Total	(4.941.703)	(12.275.616)	(3.141.671)	(7.092.548)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Carteira própria	(2.015.532)	(5.247.765)	(1.369.910)	(3.559.860)
Carteira de terceiros	(2.923.728)	(7.021.160)	(1.769.923)	(3.524.556)
Total	(4.939.260)	(12.268.925)	(3.139.833)	(7.084.416)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	594.877	594.877	600.065	574.204
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	12.968	12.968	12.723	12.197
Letra Hipotecária	TR	-	3.327	486	-	3.813	9.913	11.858
Letra de Crédito Imobiliário	IGP-M	-	-	-	8.846	8.846	8.691	8.536
Letra de Crédito Imobiliário	CDI	7.261.533	8.794.057	17.363.382	42.782.366	76.201.338	51.031.388	45.562.107
Letra Financeira	CDI	3.477.158	1.231.445	2.642.151	27.330.895	34.681.649	22.816.089	21.422.123
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	776.118	776.118	587.701	232.342
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	678.660	271.565	283.681	1.189.360	2.423.266	2.424.251	1.621.852
Total		11.417.351	10.300.394	20.289.700	72.695.430	114.702.875	77.490.821	69.445.219
Passivo circulante						42.007.445	37.263.075	30.919.711
Passivo não circulante						72.695.430	40.227.746	38.525.508

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Letras Imobiliárias	(1.726.937)	(4.299.221)	(798.359)	(1.762.576)
Letras Hipotecárias	(15.241)	(62.209)	(25.791)	(65.656)
Letras Financeiras	(982.953)	(2.452.432)	(446.771)	(1.138.855)
Letras de Crédito do Agronegócio	(61.482)	(177.537)	(30.304)	(80.736)
Total	(2.786.613)	(6.991.399)	(1.301.225)	(3.047.823)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos no exterior, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

Em outubro de 2013 e em maio de 2014, a CAIXA efetuou novas emissões de títulos, visando o financiamento de suas operações ativas.

O quadro a seguir discrimina as características dos títulos emitidos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Notas Seniores	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/09/2014 (1)	31/12/2013 (1)	30/09/2013 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.342.627	2.302.609	2.098.692
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.171.314	1.151.303	1.265.427
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	3.184.322	2.878.261	-
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	3.323.089	-	-
Total						10.021.352	6.332.173	3.364.119

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior referente ao 3º trimestre de 2014 é de R\$ 102.798 (3º trimestre de 2013 – R\$ 25.597). Até 30 de setembro de 2014, a despesa acumulada foi de R\$ 228.330 (30/09/2013 – R\$ 68.586).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Repasses no país	183.345.872	158.322.179	148.218.061
FGTS	152.663.149	132.732.425	125.312.588
BNDES	28.338.756	23.631.046	21.566.813
Tesouro Nacional – PIS	789.830	659.562	628.343
Outras instituições	1.554.137	1.299.146	710.317
Empréstimos no exterior	3.936.247	3.231.933	1.526.432
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	1.256.582	896.512	857.354
Demais linhas de crédito	2.679.665	2.335.421	669.078
Total de obrigações por empréstimos e repasses	187.282.119	161.554.112	149.744.493
Passivo circulante	4.108.241	3.017.150	2.605.356
Passivo não circulante	183.173.878	158.536.962	147.139.137

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por operações tomadas junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2015. Os demais recursos tomados no exterior estão sujeitos a taxa de juros de até 1,561% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
FGTS	(2.612.107)	(7.114.908)	(1.888.198)	(5.314.091)
BNDES	(371.456)	(1.172.109)	(324.131)	(817.463)
Tesouro Nacional – PIS	(13.221)	(36.176)	(11.126)	(31.604)
Empréstimos no exterior	(151.089)	(220.102)	(39.951)	(123.571)
Outras instituições	(121.677)	(176.541)	(59.425)	(153.354)
Total	(3.269.550)	(8.719.836)	(2.322.831)	(6.440.083)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.328.268	264.352	1.035.939
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	273.618	39.318	48.296
Sociais e estatutárias	1.759.829	4.523.044	1.575.527
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.738.964	2.147.292	1.882.801
Negociação e intermediação de valores	97.634	44.592	24.343
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.727.209	8.852.307	8.724.299
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.178.806	-	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	13.379.396	40.518.594	49.000.771
Diversas (Nota 18 (e))	45.593.339	41.046.639	42.035.361
Total	74.077.063	97.436.138	104.327.337
Passivo circulante	61.402.693	57.606.259	56.014.362
Passivo não circulante	12.674.370	39.829.879	48.312.975

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.328.268	264.352	1.035.939
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	273.618	39.318	48.296
Sociais e estatutárias	1.759.829	4.523.044	1.575.527
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.011.353	2.367.098	2.073.195
Negociação e intermediação de valores	97.634	44.592	24.343
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.727.209	8.852.307	8.724.299
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.178.806	-	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	13.379.396	40.518.594	49.000.771
Diversas (Nota 18 (e))	45.593.800	41.047.008	42.035.737
Total	74.349.913	97.656.313	104.518.107
Passivo circulante	61.675.543	57.826.434	56.205.132
Passivo não circulante	12.674.370	39.829.879	48.312.975

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Tributos sobre salários a recolher	380.764	370.617	341.354
Tributos sobre serviços a recolher	231.610	279.247	177.985
Tributos sobre lucros a recolher	213.533	176.992	204.550
Imposto de renda	-	-	25.840
Contribuição social	670	-	13.360
COFINS	183.151	152.285	142.331
PASEP	29.712	24.707	23.019
Tributos diferidos	745.701	1.066.177	905.661
Reavaliação – edificações	147.059	154.242	156.496
Contratos futuros	446.973	734.097	693.363
Benefícios pós-emprego	116.805	116.805	-
Tarifas a receber da União	34.864	61.033	-
Outros	-	-	55.802
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	167.356	254.259	253.251
Total	1.738.964	2.147.292	1.882.801
Passivo circulante	1.591.905	1.993.050	1.726.305
Passivo não circulante	147.059	154.242	156.496

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Tributos sobre salários a recolher	380.764	370.617	341.354
Tributos sobre serviços a recolher	231.610	279.247	177.985
Tributos sobre lucros a recolher	224.093	186.598	205.287
Imposto de renda	7.711	2.772	26.305
Contribuição social	3.440	3.308	13.577
COFINS	183.216	155.182	142.376
PASEP	29.726	25.336	23.029
Tributos diferidos	1.007.530	1.276.377	1.095.318
Reavaliação – edificações	147.059	154.242	156.496
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	261.829	210.200	189.657
Contratos futuros	446.973	734.097	693.363
Benefícios pós-emprego	116.805	116.805	-
Tarifas a receber da União	34.864	61.033	-
Outros	-	-	55.802
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	167.356	254.259	253.251
Total	2.011.353	2.367.098	2.073.195
Passivo circulante	1.864.294	2.212.856	1.916.699
Passivo não circulante	147.059	154.242	156.496

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Fundos e programas sociais	7.363.342	7.268.366	7.648.127
FGTS	3.394.768	3.664.692	4.015.671
Minha Casa Minha Vida	2.815.848	2.567.678	2.508.051
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	282.118	269.911	265.334
Programas de transferência de renda	135.842	223.537	255.349
Outros fundos e programas	734.766	542.548	603.722
Fundos financeiros e de desenvolvimento	494.585	273.446	408.589
PIS	493.171	272.032	245.378
FAT	-	8	161.807
FINSOCIAL	1.414	1.406	1.404
Operações com loterias	869.282	1.310.495	667.583
Total	8.727.209	8.852.307	8.724.299

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Dívidas subordinadas**

A CAIXA possui 03 (três) instrumentos de dívida subordinada, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Sobre o valor total da dívida incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Em junho de 2014, a CAIXA contratou R\$ 210.000 em Letras Financeiras Subordinadas no mercado local e, em julho de 2014, US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) em Notas Subordinadas no mercado internacional para composição do Nível II do PR.

Em atendimento ao art. 24 da Resolução CMN nº 4.192/13, a CAIXA solicitou ao Banco Central do Brasil – BACEN autorização para composição desses instrumentos no seu Capital Nível II e obteve retorno favorável para composição do PR a partir de outubro de 2014.

Assim, o valor total captado no terceiro trimestre passará a compor o capital da instituição a partir de outubro de 2014, onde refletirá positivamente no PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 30/09/2014	Saldo devedor 31/12/2013	Saldo devedor 30/09/2013
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
20/02/2020	6,300%	out/05	3.439.717	2.503.456	(1.337.372)	4.605.801	5.212.848	5.415.031
20/04/2026	5,996%	ago/11	3.000.000	645.242	-	3.645.242	3.469.062	3.413.083
20/07/2032	5,082%	jun/12	3.000.000	382.732	-	3.382.732	3.240.169	3.194.844
Letra Financeira elegível – Nível II								
03/06/2020	110%CDI	jun/14	10.000	18.277	-	28.277	-	-
03/06/2024	100%IIPCA	jun/14	200.000	6.757	-	206.757	-	-
TVM no exterior elegível – Nível II								
23/07/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	140.237	-	1.246.687	-	-
Total						13.115.496	11.922.079	12.022.958

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD, conforme definido, à época, pela Resolução CMN nº 3.444/2007. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Assim, enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 foi revertido do Patrimônio de Referência e o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Discriminação	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
IHCD - elegíveis a capital	-	27.867.701	36.977.813
Contrato 348	-	7.303.575	7.454.841
Contrato 504	-	7.453.528	7.796.261
Contrato 752	-	6.800.000	7.078.614
Contrato 754	-	6.310.598	6.545.214
Contratos 868 e 869	-	-	8.102.883
IHCD - não elegíveis a capital	1.442.706	728.814	-
Total	1.442.706	28.596.515	36.977.813

(e) Diversas

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	7.844.976	7.218.765	7.913.878
Saúde Caixa	6.850.424	6.211.755	6.821.179
Auxílio e cesta alimentação	749.628	751.678	844.672
Planos de benefícios - Previdência privada	244.924	255.332	248.027
Provisões para pagamentos a efetuar	4.614.628	3.857.448	4.268.788
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.192.255	12.996.143	12.157.568
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	2.907.428	3.086.733	2.928.785
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.753.580	2.642.634	3.058.517
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	-	52.599	176.473
Financiamentos imobiliários a liberar	7.277.750	5.830.105	5.853.859
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	165.006	301.567	294.926
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.652.557	4.323.518	4.447.491
Obrigações por convênios	556.896	296.761	513.137
Obrigações por contribuições ao SFH	71.532	30.442	29.881
Recursos do FGTS para amortizações	449.324	298.937	292.151
Valores a pagar a sociedades ligadas	107.253	110.182	99.879
Credores diversos exterior	154	805	28
Total	45.593.339	41.046.639	42.035.361

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	7.844.976	7.219.134	7.913.878
Saúde Caixa	6.850.424	6.212.124	6.821.179
Auxílio e cesta alimentação	749.628	751.678	844.672
Planos de benefícios - Previdência privada	244.924	255.332	248.027
Provisões para pagamentos a efetuar	4.615.090	3.857.447	4.269.166
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.192.255	12.996.143	12.157.568
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	2.907.428	3.086.733	2.928.785
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.753.580	2.642.634	3.058.517
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	-	52.599	176.473
Financiamentos imobiliários a liberar	7.277.750	5.830.105	5.853.859
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	165.006	301.567	294.926
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.652.556	4.323.518	4.447.491
Obrigações por convênios	556.896	296.761	513.137
Obrigações por contribuições ao SFH	71.532	30.442	29.881
Recursos do FGTS para amortizações	449.324	298.937	292.149
Valores a pagar a sociedades ligadas	107.253	110.182	99.879
Credores diversos exterior	154	806	28
Total	45.593.800	41.047.008	42.035.737

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Cartões de crédito	7.040.523	6.130.233	5.330.883
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	65.117	255.135	246.862
Fornecedores	878.167	919.673	883.457
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	534.129	499.328	574.915
Crédito comercial – repasses	83.333	118.693	60.678
Crédito imobiliário – repasses	745.904	778.327	639.462
Obrigações com a União – repasses	40.696	37.899	37.368
Outros credores – poupança simplificada	500.207	499.852	499.862
Contas a pagar	120.708	1.110.288	1.027.522
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	50.949	43.282	43.033
Valores a pagar – Royalties	-	-	151.063
Valores a restituir – penhor	143.133	142.265	1.954.583
Valores a apropriar	2.482.508	2.071.678	307.880
Outros credores diversos	506.881	389.490	400.000
Total	13.192.255	12.996.143	12.157.568

- (1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Em seu art. 16, a Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Em JUL/14, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data onde passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação. Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
Discriminação	30/09/2014
Contrato 348	7.303.701
Contrato 504	7.453.659
Contrato 752	6.800.000
Contrato 754	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000
Total	35.867.958

Para fins de composição do PR, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,32% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Reservas de Reavaliação	394.207	392.929	407.673
Reservas de Lucros	3.884.084	4.902.396	3.062.938
Reserva legal	2.174.969	2.005.496	1.826.357
Reserva estatutária – loterias	1.709.115	1.454.999	1.141.143
Reservas margem operacional	-	1.441.901	95.438

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período, perfazendo um montante de R\$ 973.589 até setembro de 2014 (R\$ 928.331 até setembro de 2013).

O total dos juros sobre o capital próprio proporcionou redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 389.436 até setembro de 2014 (R\$ 371.332 até setembro de 2013).

Em 2014, foi repassado à União o montante de R\$ 95.437 a título de dividendos complementares do exercício de 2012, e de R\$ 1.346.464, a título de dividendos complementares do exercício de 2013, perfazendo um montante total de R\$ 1.441.901.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 30/09/2014 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	53.167	-	31.901	10.308.102	10.393.170
2015	345.438	-	14.222	6.110.420	6.470.080
2016	676.262	-	-	772.690	1.448.952
2017	352.887	-	-	740.157	1.093.044
2018	-	-	-	445.294	445.294
2019 a 2023	-	-	-	1.699.293	1.699.293
Total	1.427.754	-	46.123	20.075.956	21.549.833
Valor Presente	1.208.438	-	44.496	18.330.363	19.583.297

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL								
	30/09/2014			31/12/2013			30/09/2013 (Nota 3 (t))		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Diferenças Temporárias:	12.431.870	7.261.497	19.693.367	11.054.286	6.427.359	17.481.645	10.005.519	5.787.035	15.792.554
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.138.166	4.742.995	12.881.161	7.065.635	4.075.228	11.140.863	6.690.034	3.849.869	10.539.903
Passivos Atuariais	1.208.767	725.260	1.934.027	1.209.280	725.568	1.934.848	1.176.834	706.100	1.882.934
Provisões Trabalhistas	726.857	436.114	1.162.971	771.683	463.010	1.234.693	543.403	326.042	869.445
Provisões Cíveis	746.220	447.732	1.193.952	678.728	407.237	1.085.965	781.675	469.005	1.250.680
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	360.677	216.406	577.083	-	-	-	-	-	-
Ajuste a Vr de Mercado de Títulos p/ Negociação	286.867	172.120	458.987	457.814	274.689	732.503	413.216	247.929	661.145
Provisão p/ Desvalorização de Bens Não de Uso	7.946	4.768	12.714	7.904	4.742	12.646	6.763	4.058	10.821
Provisões Fiscais	30.572	18.343	48.915	52.115	31.268	83.383	47.583	28.550	76.133
Outros(1)	925.798	497.759	1.423.557	811.127	445.617	1.256.744	346.011	155.482	501.493
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL:	1.427.754	46.123	1.473.877	1.837.590	402.908	2.240.498	1.779.110	342.209	2.121.319
Prejuízo Fiscal a Realizar	1.427.754	-	1.427.754	1.837.590	-	1.837.590	1.779.110	-	1.779.110
Base Negativa de CSLL a Realizar	-	-	-	-	158.348	158.348	-	122.642	122.642
Crédito de CSLL a 18% a Realizar	-	46.123	46.123	-	244.560	244.560	-	219.567	219.567
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	13.859.624	7.307.620	21.167.244	12.891.876	6.830.267	19.722.143	11.784.629	6.129.244	17.913.873
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	147.255	88.353	235.608	196.125	117.675	313.800	200.322	120.193	320.515
Perdas Atuariais CPC 33	-	-	-	-	-	-	144.779	86.867	231.646
Total dos Créditos com Impacto no Patrimônio Líquido	147.255	88.353	235.608	196.125	117.675	313.800	345.101	207.060	552.161
Total dos Créditos Tributários	14.006.879	7.395.973	21.402.852	13.088.001	6.947.942	20.035.943	12.129.730	6.336.304	18.466.034
Total dos Créditos Não Constituídos	1.728.986	1.032.704	2.761.690	1.551.288	918.943	2.470.231	2.391.890	1.437.705	3.829.595

(1) Os créditos tributários de IRPJ e de CSLL possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.423.593 (31/12/2013 – R\$ 1.256.773; 30/09/2013 – R\$ 501.513) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS									
Descrição	30/09/2014			31/12/2013			30/09/2013		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	TOTAL	PASEP	COFINS	TOTAL
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	16.531	101.725	118.256	12.769	78.577	91.346	10.220	62.892	73.112
Ajuste a Mercado	7.153	44.017	51.170	12.769	78.577	91.346	10.220	62.892	73.112
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	9.378	57.708	67.086	-	-	-	-	-	-
Total dos Créditos c/ Impacto no Patrim. Líquido	4.015	24.710	28.725	5.348	32.910	38.258	5.462	33.615	39.077
Ajuste a Vr de Mercado Títulos Disp. para Venda	4.015	24.710	28.725	5.348	32.910	38.258	5.462	33.615	39.077
Total	20.546	126.435	146.981	18.117	111.487	129.604	15.682	96.507	112.189

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 30/09/2013 (Nota 3 (t))	22.407.818	(3.829.595)	18.578.223
Saldo em 31/12/2013	22.635.778	(2.470.231)	20.165.547
Constituição de Diferenças Temporárias de IRPJ e CSLL no Período (1)	2.211.721	-	2.211.721
Constituição de Provisão	291.459	(291.459)	-
Reversão PASEP/COFINS	26.911	-	26.911
Constituição sobre o ajuste a valor de mercado de Títulos Disponíveis para Venda	(87.726)	-	(87.726)
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(409.837)	-	(409.837)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(158.346)	-	(158.346)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(198.437)	-	(198.437)
Saldo em 30/09/2014	24.311.523	(2.761.690)	21.549.833

- (1) A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 2.211.729 na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	INDIVIDUAL							
	2014				2013			
	3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.087.252	2.087.252	5.539.070	5.539.070	1.707.674	1.707.674	4.803.789	4.803.789
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(521.806)	(313.088)	(1.384.750)	(830.861)	(426.916)	(256.148)	(1.200.933)	(720.565)
Efeitos tributários adições e exclusões	(167.607)	(100.639)	(494.338)	(296.733)	133.341	78.272	36.545	20.524
Juros sobre o capital próprio	148.085	88.851	336.263	201.758	77.372	46.424	232.083	139.250
Participação dos empregados nos lucros	88.771	53.263	176.721	106.032	47.502	28.501	142.580	85.548
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	135.769	81.484	409.837	356.783	50.611	52.507	236.922	242.376
Incentivo fiscal	15.780	-	49.535	-	10.942	-	29.705	-
Reserva de reavaliação	476	286	4.490	2.694	973	584	4.317	2.590
Despesa corrente	(300.532)	(189.843)	(902.242)	(460.327)	(106.175)	(49.860)	(518.781)	(230.277)
Ativo fiscal diferido	473.303	289.960	967.746	477.355	301.039	158.322	1.161.226	538.567
Diferenças temporárias	609.072	371.444	1.377.583	834.138	351.651	210.830	1.304.153	780.943
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(135.769)	-	(409.837)	(158.346)	(50.612)	(30.886)	(142.927)	(142.574)
CSLL a 18%	-	(81.484)	-	(198.437)	-	(21.622)	-	(99.802)
Passivo Fiscal Diferido	(66.922)	(40.153)	232.955	139.772	27.730	16.638	(111.402)	(66.841)
Despesa diferida/marcação a mercado	(66.922)	(40.153)	232.955	139.772	27.730	16.638	(111.402)	(66.841)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	105.849	59.964	298.459	156.800	222.594	125.100	531.043	241.449

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO							
	2014				2013			
	3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.093.292	2.093.292	5.549.506	5.549.506	1.709.897	1.709.897	4.806.704	4.806.704
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(523.317)	(313.994)	(1.387.359)	(832.426)	(426.739)	(256.047)	(1.200.929)	(720.568)
Efeitos tributários adições e exclusões	(121.189)	(72.789)	(370.732)	(222.570)	14.347	7.534	36.543	20.523
Juros sobre o capital próprio	148.085	88.851	336.263	201.758	77.372	46.423	232.083	139.250
Participação dos empregados nos lucros	88.771	53.263	176.721	106.032	47.502	28.501	142.580	85.548
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	135.769	81.484	409.837	356.784	50.611	52.506	236.922	242.376
Incentivo fiscal	15.780	-	49.535	-	10.942	-	29.705	-
Reserva de reavaliação	476	286	4.490	2.694	973	584	4.317	2.590
Part. em coligadas e controladas	42.608	25.565	117.270	69.096	42.190	25.314	119.349	71.610
Outros	(97.242)	(48.821)	(194.158)	(196.247)	75.000	44.733	(121.485)	(72.385)
Despesa corrente	(310.259)	(186.155)	(858.133)	(514.879)	(107.802)	(50.452)	(520.915)	(231.056)
Ativo fiscal diferido	473.302	289.960	967.751	477.357	301.035	158.322	1.161.224	538.567
Diferenças temporárias	609.071	371.444	1.377.588	834.140	351.647	210.829	1.304.151	780.943
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(135.769)	-	(409.837)	(158.346)	(50.612)	(30.886)	(142.927)	(142.574)
CSLL a 18%	-	(81.484)	-	(198.437)	-	(21.621)	-	(99.802)
Passivo Fiscal Diferido	(66.922)	(40.153)	232.955	139.772	27.730	16.638	(111.402)	(66.841)
Despesa diferida/marcação a mercado	(66.922)	(40.153)	232.955	139.772	27.730	16.636	(111.402)	(66.841)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	96.121	63.652	342.573	102.250	220.963	124.508	528.907	240.670

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Resultado de operação de crédito	17.675.360	48.104.822	12.478.545	33.303.779
Operações compromissadas	3.566.051	8.270.974	2.279.587	5.222.673
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.072.022	6.709.062	1.629.570	2.139.446
Ativos financeiros disponíveis para venda	298.916	1.104.024	291.644	602.290
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.112.684	3.972.144	912.294	3.610.889
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.230.566	338.095	384.707	2.342.891
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.941.988	5.373.936	1.393.641	3.493.136
Créditos vinculados ao SFH	422.555	1.233.290	280.521	1.079.957
Outras	313.795	923.338	177.456	458.464
Total	28.633.937	76.029.685	19.827.965	52.253.525

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Resultado de operação de crédito	17.675.360	48.104.822	12.478.545	33.303.779
Operações compromissadas	3.566.051	8.270.974	2.279.587	5.222.673
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.072.022	6.709.062	1.629.570	2.139.446
Ativos financeiros disponíveis para venda	309.070	1.118.300	291.644	602.290
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.112.684	3.972.144	912.294	3.610.889
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.230.566	338.095	384.707	2.342.891
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.941.988	5.373.936	1.393.641	3.493.136
Créditos vinculados ao SFH	422.555	1.233.290	280.521	1.079.957
Outras	313.795	923.338	177.456	458.464
Total	28.644.091	76.043.961	19.827.965	52.253.525

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações com clientes	(9.660.193)	(25.881.450)	(6.293.300)	(16.231.013)
Operações com instituições financeiras	(98.946)	(207.825)	(9.655)	(49.553)
Operações compromissadas	(4.941.703)	(12.275.616)	(3.141.671)	(7.092.548)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.269.550)	(8.719.836)	(2.322.831)	(6.440.083)
Resultado com câmbio	(655.151)	(355.174)	(138.764)	(324.250)
Depósitos especiais e fundos e programas	(298.049)	(819.304)	(240.111)	(832.546)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.279.943)	(9.709.612)	(2.355.391)	(6.677.020)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (i))	(1.432.455)	(1.613.663)	(62.587)	(155.727)
Total	(23.635.990)	(59.582.480)	(14.564.310)	(37.802.740)

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações com clientes	(9.649.740)	(25.854.941)	(6.287.527)	(16.221.760)
Operações com instituições financeiras	(98.946)	(207.825)	(9.655)	(49.553)
Operações compromissadas	(4.939.261)	(12.268.927)	(3.139.833)	(7.084.415)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.269.550)	(8.719.836)	(2.322.831)	(6.440.083)
Resultado com câmbio	(655.151)	(355.174)	(138.764)	(324.250)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(298.049)	(819.304)	(240.111)	(832.546)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.279.943)	(9.709.612)	(2.355.391)	(6.677.020)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (i))	(1.432.455)	(1.613.663)	(62.587)	(155.727)
Total	(23.623.095)	(59.549.282)	(14.556.699)	(37.785.354)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias
a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.549.824	4.352.484	1.356.608	3.822.012
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	987.020	2.890.487	872.827	2.564.671
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	29.425	86.762	26.746	77.991
Programa de Integração Social (PIS)	79.423	101.666	80.274	102.976
Loterias Federais	331.389	900.353	270.747	773.505
Financiamento Estudantil - (FIES)	71.313	199.263	52.132	147.293
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	18.048	56.553	21.053	64.896
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	18.735	70.256	18.173	43.662
Seguro-desemprego	14.162	45.639	14.589	45.560
Outros	309	1.505	67	1.458
Rendas de cartões	393.994	1.125.024	313.211	908.600
Operações de crédito e garantias prestadas	490.221	1.330.185	409.947	1.287.870
Cobrança	160.841	473.625	153.465	434.733
Arrecadações	547.312	1.696.459	528.609	1.586.789
Fundos de investimentos e carteiras administradas	379.751	1.079.391	366.475	1.015.541
Conta corrente	54.797	109.413	24.087	82.987
Programa de Transferência de Renda	90.601	273.621	91.677	268.485
Prestados a ligadas	130.832	416.944	166.315	429.781
Outros serviços	76.332	240.659	71.602	219.788
Total	3.874.505	11.097.805	3.481.996	10.056.586

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de cartões	128.806	342.071	86.321	236.166
Operações de crédito e cadastro	230.737	646.231	185.887	528.114
Pacote de serviços	343.746	1.013.041	337.633	899.731
Contas de depósito	93.875	258.504	79.578	214.239
Transferência de recursos	43.617	118.802	34.741	98.298
Outras	4.256	11.387	2.781	7.615
Total	845.037	2.390.036	726.941	1.984.163

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Proventos	(2.666.660)	(7.981.157)	(2.500.026)	(7.246.965)
Salários e proventos	(2.429.298)	(7.422.441)	(2.229.073)	(6.618.360)
Indenizações trabalhistas	(237.362)	(558.716)	(270.953)	(628.605)
Benefícios	(558.220)	(1.617.082)	(486.435)	(1.404.249)
Encargos sociais:	(1.039.435)	(3.104.929)	(910.104)	(2.668.502)
FGTS	(191.449)	(574.141)	(170.233)	(498.614)
Previdência social	(595.830)	(1.776.232)	(528.422)	(1.543.665)
Prev. Complementar	(194.890)	(583.834)	(160.414)	(477.660)
Outros encargos	(57.266)	(170.722)	(51.035)	(148.563)
Outros	(49.769)	(140.427)	(59.748)	(150.547)
Total	(4.314.084)	(12.843.595)	(3.956.313)	(11.470.263)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Proventos	(2.667.026)	(7.982.272)	(2.500.322)	(7.247.865)
Salários e proventos	(2.429.664)	(7.423.556)	(2.229.369)	(6.619.260)
Indenizações trabalhistas	(237.362)	(558.716)	(270.953)	(628.605)
Benefícios	(558.220)	(1.617.082)	(486.435)	(1.404.248)
Encargos sociais:	(1.039.580)	(3.105.368)	(910.206)	(2.668.830)
FGTS	(191.474)	(574.219)	(170.255)	(498.682)
Previdência social	(595.897)	(1.776.445)	(528.482)	(1.543.860)
Prev. Complementar	(194.935)	(583.957)	(160.428)	(477.702)
Outros encargos	(57.274)	(170.747)	(51.041)	(148.586)
Outros	(49.766)	(140.477)	(59.701)	(150.566)
Total	(4.314.592)	(12.845.199)	(3.956.664)	(11.471.509)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comunicações	(201.244)	(531.174)	(166.411)	(462.268)
Manutenção e conservação de bens	(238.069)	(678.333)	(207.857)	(604.763)
Água e energia	(76.538)	(240.167)	(64.207)	(211.376)
Aluguéis e arrendamento de bens	(344.869)	(995.989)	(288.835)	(842.798)
Despesas de material	(43.560)	(146.812)	(57.412)	(155.559)
Processamento de dados	(316.056)	(889.901)	(259.892)	(800.681)
Promoções e relações públicas	(90.841)	(258.099)	(71.130)	(218.244)
Propaganda e publicidade	(104.130)	(335.901)	(110.717)	(253.905)
Serviços do sistema financeiro	(111.971)	(313.398)	(94.483)	(268.943)
Serviços de terceiros	(394.613)	(1.177.077)	(343.771)	(999.443)
Serviços especializados	(192.919)	(511.070)	(161.654)	(429.828)
Serviços de vigilância e segurança	(224.643)	(670.941)	(217.016)	(562.250)
Amortização (1)	(174.124)	(498.327)	(144.066)	(432.398)
Depreciação	(205.755)	(603.778)	(154.624)	(438.068)
Outras	(97.684)	(273.208)	(106.876)	(283.117)
Total	(2.817.016)	(8.124.175)	(2.448.951)	(6.963.641)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comunicações	(201.244)	(531.174)	(166.411)	(462.268)
Manutenção e conservação de bens	(238.069)	(678.333)	(207.857)	(604.763)
Água e energia	(76.538)	(240.167)	(64.207)	(211.376)
Aluguéis e arrendamento de bens	(344.869)	(995.989)	(288.835)	(842.798)
Despesas de material	(43.560)	(146.812)	(57.412)	(155.559)
Processamento de dados	(316.056)	(889.901)	(259.892)	(800.681)
Promoções e relações públicas	(90.841)	(258.099)	(71.130)	(218.245)
Propaganda e publicidade	(104.130)	(335.901)	(110.717)	(253.905)
Serviços do sistema financeiro	(111.971)	(313.398)	(94.483)	(268.943)
Serviços de terceiros	(394.613)	(1.177.077)	(343.771)	(999.443)
Serviços especializados	(193.614)	(512.655)	(161.861)	(431.041)
Serviços de vigilância e segurança	(224.643)	(670.941)	(217.016)	(562.249)
Amortização (1)	(174.124)	(498.327)	(144.066)	(432.398)
Depreciação	(205.755)	(603.778)	(154.624)	(438.068)
Outras	(97.722)	(273.340)	(106.888)	(283.757)
Total	(2.817.749)	(8.125.892)	(2.449.170)	(6.965.494)

(1) Está acrescido de R\$ 2.460 (3º trimestre de 2013) e de R\$ 7.005 (acumulado setembro 2013) relativos à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comissões e taxas s/ operações (1)	16.940	625.429	184.051	315.934
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	1.069.688	2.829.176	1.116.745	3.582.609
Recuperação de despesas (2)	1.335.998	1.936.422	433.507	1.551.488
Reversão de outras provisões operacionais	477.550	1.425.685	559.150	1.406.190
Receitas de dividendos	526	7.087	2.925	4.902
Atualização de depósitos em garantia	183.686	512.725	132.566	370.059
Rendas de créditos específicos	17.585	48.580	13.085	34.324
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	(330.383)	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	512	76.694	44.737	89.573
Reversão de despesas - repactuação IHCD	-	-	193.283	193.283
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS (3)	3.541	236.557	-	-
Outras receitas operacionais	154.091	530.594	80.765	198.406
Total	3.260.117	8.228.949	2.430.431	7.746.768

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comissões e taxas s/ operações (1)	16.940	625.429	184.051	315.934
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	1.069.688	2.829.176	1.116.745	3.582.609
Recuperação de despesas (2)	1.334.378	1.931.757	432.328	1.547.564
Reversão de outras provisões operacionais	477.550	1.425.685	559.150	1.406.190
Receitas de dividendos	12.765	30.412	12.648	24.306
Atualização de depósitos em garantia	183.686	512.725	132.566	370.059
Rendas de créditos específicos	17.585	48.580	13.085	34.324
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	(330.383)	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	512	76.694	44.737	89.573
Reversão de despesas - repactuação IHCD	-	-	193.283	193.283
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS (3)	3.541	236.557	-	-
Outras receitas operacionais	151.549	521.125	80.838	195.606
Total	3.268.194	8.238.140	2.439.048	7.759.448

- (1) Variação apresentada no acumulado de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA;
- (2) Variação apresentada no 3º trimestre de 2014 refere-se essencialmente à recuperação de despesas com perdas registradas por multiplicidade de concessões de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS (R\$ 1.036.661);
- (3) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
FCVS a receber - provisão/perdas	41.116	(151.688)	(169.826)	(544.395)
Obrigações com fundos e programas	(236.637)	(495.986)	(82.198)	(232.831)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(194.624)	(1.098.639)	(558.583)	(2.065.399)
Despesas com cartão	(362.154)	(918.248)	(271.173)	(726.890)
Despesas com loterias	(56.357)	(155.644)	(48.087)	(143.823)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(564.327)	(1.586.823)	(520.324)	(1.522.740)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(127.150)	(373.656)	(122.634)	(362.460)
Serviços automatizados	(74.129)	(208.532)	(56.688)	(162.477)
Alavancagem de negócios	(131.216)	(306.018)	(90.167)	(235.405)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	(156.820)	(81.466)	(233.684)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(166.762)	(492.380)	(148.947)	(386.210)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(72.651)	(200.831)	(64.142)	(167.694)
Descontos de operações de crédito	(179.288)	(319.670)	(75.875)	(237.796)
Desp. com operações de fomento - atualização monetária	(135.690)	(223.444)	(24.353)	(54.886)
Título no exterior – marcação a mercado	21.367	(143.389)	83.250	43.592
Desp. provisões operacionais	(114.353)	(385.242)	(249.691)	(560.365)
Provisão para causas judiciais	(165.482)	(650.788)	(419.953)	(792.759)
Condenações judiciais	(88.389)	(191.537)	(24.709)	(78.045)
Benefícios sociais	(12.239)	(37.191)	(23.111)	(65.299)
Benefício pós-emprego	(209.648)	(628.944)	(175.996)	(527.988)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(119.467)	(244.999)	(25.597)	(68.586)
Outras	(166.953)	(610.373)	(148.851)	(394.253)
Total	(3.115.033)	(9.580.842)	(3.299.121)	(9.520.393)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulad o setembro	3º trimestre	Acumulad o setembro
Receitas não operacionais	52.285	157.445	141.190	327.634
Lucro na alienação de valores e bens	18.463	61.698	103.283	157.810
Alienação de bens imóveis	6.427	19.974	9.534	94.889
Sobras de caixa não reclamadas	11.662	36.483	11.054	30.385
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	1.970	2.030	540	4.605
Multas e penalidades	8.290	26.863	5.456	19.095
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	-	-	7.644	12.003
Outras rendas não operacionais	5.473	10.397	3.679	8.847
Despesas não operacionais	(177.166)	(568.216)	(115.590)	(316.733)
Desvalorização de outros valores e bens	(5.939)	(15.330)	(2.464)	(6.150)
Indenizações por perdas e danos	(42.013)	(151.093)	(55.276)	(128.418)
Perdas em imóveis	(13.341)	(37.115)	(4.744)	(22.819)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(57.091)	(156.412)	(34.548)	(100.624)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(7.467)	(17.350)	(5.127)	(14.031)
Perdas em cartões de crédito	(22.054)	(55.082)	(9.168)	(29.418)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(22.313)	(119.431)	(587)	(1.601)
Perdas de capital	(118)	(298)	(1)	(4.394)
Outras despesas não operacionais	(6.830)	(16.105)	(3.675)	(9.278)
Total	(124.881)	(410.771)	25.600	10.901

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulad o setembro	3º trimestre	Acumulad o setembro
Contribuição COFINS	(495.617)	(1.493.860)	(433.334)	(1.177.233)
PIS/PASEP	(80.538)	(242.752)	(70.417)	(191.300)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(131.996)	(365.788)	(123.713)	(347.095)
Despesas com IPTU	(2.520)	(55.715)	(2.073)	(50.543)
Outras	(17.568)	(21.548)	(3.807)	4.796
Total	(728.239)	(2.179.663)	(633.344)	(1.761.375)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulad o setembro	3º trimestre	Acumulad o setembro
Contribuição COFINS	(495.679)	(1.493.968)	(433.387)	(1.177.323)
PIS/PASEP	(80.551)	(242.776)	(70.428)	(191.320)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(131.996)	(365.788)	(123.713)	(347.095)
Despesas com IPTU	(2.520)	(55.715)	(2.073)	(50.543)
Outras	(18.176)	(22.155)	(3.807)	4.790
Total	(728.922)	(2.180.402)	(633.408)	(1.761.491)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2013	Acumulado setembro de 2014					30/09/2014	30/09/2013
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	254.259	18.007	4.088	14.603	(121.550)	(2.051)	167.356	253.251
INSS	52.116	11.333	605	6.584	(51.150)	-	19.488	50.028
ISS	152.780	2.695	1.784	3.860	(59.106)	(1.546)	100.467	140.304
Outros	49.363	3.979	1.699	4.159	(11.294)	(505)	47.401	62.919
Cíveis (Nota 18 (e))	2.642.634	333.335	65.811	323.777	(456.212)	(155.765)	2.753.580	3.058.517
Perdas e danos	889.978	221.697	28.827	129.426	(240.174)	(106.945)	922.809	1.231.868
Poupança	729.128	64.468	4.502	157.541	(43.361)	(47.310)	864.968	832.880
Loterias	11.686	8.134	267	7.441	(13.067)	(25)	14.436	11.605
Crédito imobiliário	128.489	12.885	3.781	4.838	(15.527)	(1.485)	132.981	117.839
Contingenciamento do FGTS	883.353	26.151	28.434	24.531	(144.083)	-	818.386	864.325
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.086.733	367.491	60.041	774.672	(1.024.632)	(356.877)	2.907.428	2.928.785
Outras (Nota 18 (e))	52.599	18.615	-	-	(71.214)	-	-	176.473
Total	6.036.225	737.448	129.940	1.113.052	(1.673.608)	(514.693)	5.828.364	6.417.026

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositados para 30 de setembro de 2014, correspondem ao total de R\$ 1.458.509 (30/09/2013 – R\$ 1.406.486), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 19.488 (30/09/2013 - R\$ 50.028).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 30 de setembro de 2014, corresponde ao montante de R\$ 557.057 (30/09/2013 - R\$ 517.658). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 100.467 (30/09/2013 - R\$ 140.303).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSSL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 6.953 (30/09/2013 - R\$ 6.421), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 30 de setembro de 2014 constavam 54,5 mil processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 52 mil “não relevantes” e 2,5 mil “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30 de setembro de 2014 constavam 305 mil processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 304 mil “não relevantes” e 1 mil “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30 de setembro de 2014 foi provisionado R\$ 864.968 para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria..

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 30 de setembro de 2014 para estes processos foi de R\$ 818.386.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 9,3 mil acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Demandas Fiscais	5.507.689	4.778.552	4.676.991
Demandas Cíveis	1.157.096	1.086.235	2.207.113
Demandas Trabalhistas	-	-	51.154
Total	6.664.785	5.864.787	6.935.258

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.507.689, em 30 de setembro de 2014 (30/09/2013 - R\$ 4.676.991), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 75.371, refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.460.230, em 30 de setembro de 2014 (30/09/2013 - R\$ 4.340.033), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 198.081, em 30 de setembro de 2014, com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 145.121, em 30 de setembro de 2014, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 215.456, em 30 de setembro de 2014, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ 1.157.096 classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Demandas Fiscais	9.153.775	8.475.837	8.358.256
Demandas Cíveis	731.985	666.706	656.312
Demandas Trabalhistas	2.475.864	2.148.050	2.096.934
Total	12.361.624	11.290.593	11.111.502

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.757.242	4.977.657	3.540.030
Banco PAN	5.757.242	4.977.657	3.540.030
Rendas a receber	2.871.376	2.301.599	2.113.728
Caixa Seguros Holding S.A.	19.025	342	310
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.852.351	2.301.257	2.113.418
Créditos adquiridos	8.994.151	7.581.165	6.879.978
Banco PAN	8.994.151	7.581.165	6.879.978
Total	17.622.769	14.860.421	12.533.736

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVOS			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Depósitos	201.671	171.758	208.988
Caixa Seguros Holding S.A.	9.593	11.680	9.239
FUNCEF	1.304	1.453	1.420
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	190.774	158.625	198.329
Repasses do país - instituições oficiais	525	(1.131)	(1.595)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	525	(1.131)	(1.595)
Obrigações diversas	39.750	36.867	36.334
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	39.750	36.867	36.334
Total	241.946	207.494	243.727

RECEITAS				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de depósitos interfinanceiros	148.111	438.650	82.541	189.976
Banco PAN	148.111	438.650	82.541	189.976
Rendas de prestação de serviços	149.817	488.303	184.899	474.765
Caixa Seguros Holding S.A.	130.832	416.944	166.315	429.781
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	18.985	71.359	18.584	44.984
Outras receitas operacionais	(231.155)	(160.952)	28.948	214.503
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	(231.155)	(160.952)	28.948	214.503
Total	66.773	766.001	296.388	879.244

DESPESAS				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Despesas administrativas – aluguéis	(18.374)	(47.782)	(14.082)	(50.192)
FUNCEF	(18.374)	(47.782)	(14.082)	(50.192)
Outras despesas operacionais	(985)	(3.073)	(809)	(2.355)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(985)	(3.073)	(809)	(2.355)
Total	(19.359)	(50.855)	(14.891)	(52.547)

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Benefícios de curto prazo	8.212	21.401	5.483	11.972
Proventos	6.533	16.248	3.981	8.726
Encargos Sociais	1.679	5.153	1.502	3.246

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da Caixa.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R\$ 2.626.721 (31/12/2013 – R\$ 2.063.622 e 31/06/2013 - R\$ 2.286.829) na demonstração consolidada. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para benefícios a empregados – INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Benefícios de curto prazo	3.363.841	2.488.533	3.106.989
Natureza salarial	2.849.769	2.063.252	2.537.159
Participação dos empregados no lucro	514.072	425.281	569.830
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	7.844.976	7.218.765	7.913.878
Saúde CAIXA (cálculo atuarial ¹ (c.1))	6.850.424	6.211.755	6.821.179
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial ¹ (c.2))	749.628	751.678	844.672
PREVHAB (cálculo atuarial ¹ (c.3))	-	44.260	39.942
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial ¹ (c.4))	244.924	211.072	208.085
Total	11.208.817	9.707.298	11.020.867

Cálculo atuarial¹ - Os cálculos atuariais apresentados nesta Nota Explicativa foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados, empresa contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios a empregados patrocinados pela Caixa.

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis intermediárias.

(c) Benefícios pós-emprego:

A caixa é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH). A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

Benefício concedido aos titulares optantes, empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes inscritos. O custeio do plano, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.646.187 (31/12/2013 - R\$ 6.211.755 e 31/06/2013 - 6.645.932).

O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 757.123 (31/12/2013 – R\$ 751.678 e 31/06/2013 – 846.319).

(c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a Caixa passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes das relações de trabalho dos empregados do referido banco.

Desta forma, a CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.4) Plano de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

• Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	2013			2012		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde Caixa (Incluindo Dependentes)	227.267	49.015	276.282	216.317	51.485	267.802
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	12.279	12.279	-	13.288	13.288
EX-PREVIHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	68	68	-	71	71
REG/REPLAN	28.872	34.775	63.647	30.945	33.099	64.044
REB	11.088	635	11.723	11.000	638	11.638
Novo Plano	83.359	3.634	86.993	76.262	3.093	79.355

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Gama Consultores Associados foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, EX-PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos assistidos EX-PREVHAB.

(e.1) Taxas de juros utilizadas

A taxa de juros utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por serem aderentes aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). A taxa de juros definida foi 5,78%, com base em uma NTN com posição em 31/10/2013 e vencimento em 2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 12,02% e de 5,9% a.a. para a inflação.

(e.2) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.3) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados. Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		EX-PREVIHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	9,13	8,55	-	-	-	-	-	-	8,74	8,55	8,74	8,55
Parte não saldada	-	-	-	-	-	-	8,66	8,04	-	-	-	-
Parte Saldada	-	-	-	-	-	-	5,9	5,5	-	-	-	-
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Taxa de rotatividade	3,02	3,06	-	-	-	-	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e	
	AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VPOA ¹ no início do exercício	(6.317.036)	(4.637.895)	(844.804)	(624.439)	(47.121)	(37.535)	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.761)	(254.250)
Custo do serviço corrente	(352.180)	(288.160)	-	-	-	-	(30.577)	(56.245)	(2.186)	(2.850)	(44.032)	(25.060)
Custo de juros	(611.146)	(525.743)	(75.413)	(68.856)	(4.488)	(4.127)	(4.358.610)	(3.967.316)	(58.801)	(47.419)	(47.873)	(28.993)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais:	784.486	(1.134.176)	82.387	(230.743)	2.435	(9.355)	7.164.152	(7.497.924)	149.530	(140.980)	78.527	(187.989)
Ajuste de experiência	(857.351)	(1.134.176)	(39.953)	(230.743)	(4.820)	(9.355)	(1.150.943)	(7.497.924)	25.011	(140.980)	(86.834)	(187.989)
Alterações premissas biométricas	1.641.837	-	-	-	-	-	161	-	(22.482)	-	(323)	-
Alterações premissas financeiras	-	-	122.340	-	7.255	-	8.314.934	-	147.001	-	165.684	-
Benefícios pagos pelo plano	284.121	268.938	86.152	79.234	3.655	3.897	1.840.401	1.652.193	6.207	7.312	9.360	8.532
VPOA¹ no final do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.5) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela Caixa. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREHVAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VJAP ¹ no início do exercício	-	-	-	-	42.019	43.649	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Receitas de juros	-	-	-	-	3.982	4.836	4.434.400	4.719.039	41.947	39.444	28.278	31.975
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	-	-	-	-	3.173	(2.570)	(7.223.118)	1.052.777	(162.582)	49.852	(41.742)	(20.395)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(3.655)	(3.897)	(1.840.401)	(1.652.193)	(6.207)	(7.312)	(9.360)	(8.532)
VJAP¹ no final do exercício	-	-	-	-	45.519	42.018	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802

 VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.6) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVIHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VPOA ¹ no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	-	-	100.905	85.210	110.167	100.979
VPOA ¹ líquida	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(400.800)	(511.245)	(381.612)	(386.781)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	45.519	42.018	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802
Superávit/ (déficit) do plano	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	767.751	748.088	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	(767.751)	(748.088)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial / VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.7) Conciliação do efeito de teto de ativo:

A conciliação do efeito de teto de ativo demonstra a evolução, de um período para outro, das parcelas de superávit atuarial dos planos não reconhecidas pela entidade patrocinadora, considerando que não se traduzem em benefícios econômicos disponíveis, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Conciliação do efeito de teto de ativo (asset ceiling)												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Abertura no início do Ano	-	-	-	-	-	-	(748.088)	(6.465.329)	-	-	-	-
Despesa com juros / Rentabilidade	-	-	-	-	-	-	(75.791)	(751.723)	-	-	-	-
Total antes da remensuração	-	-	-	-	-	-	(823.878)	(7.217.052)	-	-	-	-
Remensuração	-	-	-	-	-	-	58.966	6.445.147	-	-	-	-
Custo de Serviço Líquido / Contribuições	-	-	-	-	-	-	(2.840)	23.817	-	-	-	-
Total no final do ano	-	-	-	-	-	-	(767.752)	(748.088)	-	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.8) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.317.036)	(5.632.367)	(844.804)	(638.356)	(5.102)	3.684	-	-	(85.210)	-	(100.979)	(7.977)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	284.121	268.938	86.153	79.234	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(963.326)	(813.903)	(75.413)	(68.856)	(505)	709	(15.288)	(40.031)	(10.613)	(14.656)	(24.022)	(22.266)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	784.486	(139.704)	82.386	(216.826)	5.607	(9.495)	(1.420)	23.817	(5.433)	(70.852)	10.601	(73.530)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.9) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014:

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2014 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(400.434)	-	(3.648)	(1.303)	(37.648)
Custo de juros líquido	(728.631)	(84.876)	-	(12.105)	(12.974)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	(3.648)	(13.408)	(50.622)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)	(84.876)	-	-	-
Administração do plano	-	-	(882)	-	(223)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)	(84.876)	(4.530)	(13.408)	(50.845)

Pagamentos esperados – exercício 2014 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA)	300.885	91.235	17.694	371	4.483
Extraordinários	-	-	-	-	-
Administração	-	-	882	-	223
Total dos pagamentos esperados para o plano	300.885	91.235	18.576	371	4.706

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.10) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Crescimento Salarial		HCTR		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Saúde CAIXA									
VPOA ¹	6.054.579	6.368.710	6.005.930	6.429.483	N/A	N/A	6.219.400	6.204.100	6.211.755
VJAP ²	-	-	-	-	N/A	N/A	-	-	-
Superávit / (Déficit)	(6.054.579)	(6.368.710)	(6.005.930)	(6.429.483)	N/A	N/A	(6.219.400)	(6.204.100)	(6.211.755)
Auxílio e Cesta Alimentação									
VPOA ¹	735.703	767.382	735.362	767.696	N/A	N/A	N/A	N/A	751.678
VJAP ²	-	-	-	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Superávit / (Déficit)	(735.703)	(767.382)	(735.362)	(767.696)	N/A	N/A	N/A	N/A	(751.678)
EX-PREHVAB									
VPOA ¹	44.631	46.383	44.547	46.531	N/A	N/A	N/A	N/A	45.519
VJAP ²	45.519	45.519	45.519	45.519	N/A	N/A	N/A	N/A	45.519
Superávit / (Déficit)	888	(864)	972	(1.012)	N/A	N/A	N/A	N/A	-
REG/REPLAN									
VPOA ¹	39.795.582	40.761.947	39.211.646	41.369.337	40.288.732	40.286.015	N/A	N/A	40.287.215
VJAP ²	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	N/A	N/A	41.054.966
Superávit / (Déficit)	1.259.384	293.019	1.843.320	(314.371)	766.234	768.951	N/A	N/A	767.751
REB									
VPOA ¹	504.389	498.954	484.500	520.303	506.925	496.609	N/A	N/A	501.705
VJAP ²	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	N/A	N/A	299.895
Superávit / (Déficit)	(204.494)	(199.059)	(184.605)	(220.408)	(207.030)	(196.714)	N/A	N/A	(201.810)
NOVO PLANO									
VPOA ¹	496.119	485.115	472.841	509.286	492.430	491.141	N/A	N/A	491.779
VJAP ²	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	N/A	N/A	271.445
Superávit / (Déficit)	(224.674)	(213.670)	(201.396)	(237.841)	(220.985)	(219.696)	N/A	N/A	(220.334)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial / VJAP² - Valor Justo dos Ativos do Plano / HCTR - Projeção de aumento dos custos médicos

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11 e a Carta-Circular BACEN nº 3.565/12.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração, se houver; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	30/09/2014 (1)	31/12/2013 (1)	30/09/2013 (2)
Patrimônio de Referência – PR	74.013.916	71.440.993	73.462.946
Nível I	62.380.141	59.518.914	40.910.253
Capital Principal – CP	62.380.141	34.437.984	34.773.715
Patrimônio Líquido	28.521.935	27.373.363	26.573.796
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	35.867.958	8.000.000	8.000.000
Ajustes prudenciais	(2.009.752)	(935.379)	-
Reservas de reavaliação	-	-	(407.673)
Ajuste ao valor de mercado	-	-	607.592
Capital Complementar – CC	-	25.080.930	6.136.538
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	25.080.930	6.136.538
Nível II	11.633.775	11.922.079	33.556.468
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 4.192/2013	11.633.775	11.922.079	12.022.958
Reservas de reavaliação	-	-	407.673
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	21.733.429
Ajuste ao valor de mercado	-	-	(607.592)
Deduções do PR	-	-	(1.003.775)
Ações emitidas por instituições financeiras	-	-	(1.003.182)
Participação em instituição financeira no exterior	-	-	(593)
Ativos ponderados pelo risco – RWA	483.131.522	472.075.444	431.308.715
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	457.046.020	450.874.561	410.136.623
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	5.818.263	1.447.893	1.419.102
Taxa de juros – RWA_{JUR}	3.468.831	1.447.893	1.419.102
Commodities – RWA_{COM}	-	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	2.349.432	-	-
Risco operacional - RWA_{OPAD}	20.267.239	19.752.990	19.752.990
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ($RWA \times 0,11$) - PRMR	53.144.467	51.928.299	47.443.959
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	5.014.240	3.923.466	3.721.249
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	15.855.209	15.589.228	22.297.738
Índice de capital principal (CP / RWA)	12,91%	7,30%	8,06%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,91%	12,61%	9,49%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,32%	15,13%	17,03%

(1) Regras de Basileia III, vigentes a partir de OUT/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de Basileia II, vigentes até SET/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade (1)			
Fatores de Risco	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
PRE	13.994	12.905	17.923
Cupom IPCA	388	7	11
Cupom SELIC	-	-	1
Cupom TR	1	1	3
VaR com ED	14.383	12.913	17.938

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimativa do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basiléia.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2013
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO									
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.214.038	7.671.673	5.948.633	6.213.852	7.671.035	5.946.637	(186)	(638)	(1.996)
Aplicações em Operações Compromissadas	97.329.854	37.232.669	83.957.873	97.329.854	37.229.588	83.947.417	-	(3.081)	(10.456)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	166.425.958	162.406.138	155.253.053	166.738.868	161.826.343	156.390.269	312.910	(579.795)	1.137.216
Títulos para negociação	102.793.676	98.741.794	96.388.471	102.793.676	98.741.794	96.388.471	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	16.516.449	16.939.498	17.314.794	16.516.449	16.939.498	17.314.794	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	47.115.833	46.724.846	41.549.788	47.428.743	46.145.051	42.687.004	312.910	(579.795)	1.137.216
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	566.707.184	488.024.608	458.082.990	537.342.493	475.469.738	456.823.004	(29.364.691)	(12.554.870)	(1.259.986)
Comercial	187.281.067	172.045.384	161.955.379	197.049.331	177.940.009	169.776.369	9.768.264	5.894.625	7.820.990
Habitação	320.627.865	270.392.302	254.269.614	296.466.507	259.412.788	250.356.631	(24.161.358)	(10.979.514)	(3.912.983)
Infraestrutura/Desenvolvimento	51.070.748	36.837.628	33.279.197	36.099.151	29.367.647	28.111.204	(14.971.597)	(7.469.981)	(5.167.993)
Outros Créditos	7.727.504	8.749.294	8.578.800	7.727.504	8.749.294	8.578.800	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO									
Captações de Recursos	211.930.120	153.295.906	145.244.688	212.063.455	155.484.450	144.205.783	133.335	2.188.544	(1.038.905)
CDB/RDB	87.205.893	69.472.911	72.435.351	87.471.422	68.403.221	71.578.763	265.529	(1.069.690)	(856.588)
LCI LH	114.702.875	77.490.821	69.445.219	113.952.034	80.521.427	69.227.551	(750.841)	3.030.606	(217.668)
Obrigações por TVM no Exterior	10.021.352	6.332.174	3.364.118	10.639.999	6.559.802	3.399.469	618.647	227.628	35.351
Captação em Operações Compromissadas	162.868.667	116.574.390	149.078.642	163.503.145	116.570.767	149.917.716	634.478	(3.623)	839.074
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	184.839.514	141.593.461	132.280.751	135.726.518	113.389.821	115.776.151	(49.112.996)	(28.203.640)	(16.504.600)
Exterior	3.936.247	3.231.933	1.526.432	3.893.775	3.227.204	1.529.838	(42.472)	(4.729)	3.406
Tesouro	39.750	36.868	36.334	40.967	38.427	37.598	1.217	1.559	1.264
FGTS	152.663.149	132.732.425	125.312.588	111.845.197	102.947.269	107.475.129	(40.817.952)	(29.785.156)	(17.837.459)
BNDES	27.209.736	4.404.660	4.156.805	19.128.399	6.107.360	5.589.895	(8.081.337)	1.702.700	1.433.090
Depósitos não remunerados	990.632	1.187.575	1.248.592	818.180	1.069.561	1.143.691	(172.452)	(118.014)	(104.901)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	13.115.496	48.518.594	36.977.813	10.621.739	36.496.451	26.477.819	(2.493.757)	(12.022.143)	(10.499.994)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I:** Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II:** Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III:** Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/09/2014 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(214.235)	(5.156.512)	(9.885.964)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(15.358)	(371.365)	(716.388)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(749.256)	(17.093.885)	(31.292.912)
Varição cambial	Queda nas taxas de câmbio	(991)	(25.148)	(51.110)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Resolução BACEN nº 4193/13, Circular BACEN nº 3.647/13 e Circular BACEN nº 3676/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum do mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

O modelo interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas deve ser composta com informações oriundas das áreas operacionais em consonância com as informações contábeis.
- Dados externos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição ao risco operacional.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a Gestão de Risco Operacional na CAIXA, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade Caixa, na Intranet da empresa, sendo um módulo Básico e outro Avançado. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	30/09/2014 (1)	31/12/2013 (2)	30/09/2013 (3)
PIS	28.496.340	28.415.317	28.129.945
FGTS	71.873.878	62.978.979	59.981.790
FAR	27.771.216	18.316.041	15.536.605
FDS	1.137.576	1.190.819	1.178.686
FAS	27.972	24.495	19.475
FGS	277.390	137.246	97.309
FGHAB	1.731.709	1.364.939	1.347.956
CCA	59.004	45.725	41.318
CCAM	26	21	20
FGCN	4.923.206	3.941.813	3.542.703
FCE	3	98	100
Total	136.298.320	116.415.493	109.875.907
FCVS	(95.030.312)	(90.620.246)	(89.008.937)

(1) Posição de agosto de 2014

(2) Posição de novembro de 2013

(3) Posição de agosto de 2013

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2013 - R\$ 69.554 e 30/09/2013 – R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 185.963 (31/12/2013 – R\$ 167.717 e 30/09/2013 - R\$ 164.283).

(f) Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/13, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem reportados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Alexsandra Camelo Braga
Vice-presidente

Hermínio Basso
Vice-presidente E.E
Portaria Presi nº 1555/2014

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcia Guimarães Guedes
Vice-presidente E.E
Portaria Presi nº1404/2014

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada (“Consolidado”), que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN na elaboração de demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de setembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 24.772 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.359 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.304 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 16.717 milhões, em 30 de setembro de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de setembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$ 24.312 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 2.762 milhões. O valor líquido de R\$ 21.550 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de setembro de 2014, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.867 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 30 de junho de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2014

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC- 1RS062793/O-8